



Universidade Estadual da Paraíba
Centro de Educação
Departamento de Geografia
Curso de Licenciatura Plena em Geografia
Campus I – Campina Grande - Paraíba

PERFIL DO MIGRANTE RURAL NA PERIFERIA DA CIDADE DE TENÓRIO-PB

VANDA LÚCIA LOURENÇO GOMES

Campina Grande-PB
2014

VANDA LÚCIA LOURENÇO GOMES

PERFIL DO MIGRANTE RURAL NA PERIFERIA DA CIDADE DE TENÓRIO-PB

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em Geografia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito para obtenção do Grau de Licenciado em Geografia.

Orientadora: Dr^a Aretuza Candeia de Melo

Campina Grande-PB
2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

G633p Gomes, Vanda Lúcia Lourenço
Perfil do migrante rural na periferia da cidade de Tenório-PB
[manuscrito] / Vanda Lucia Lourenco Gomes. - 2014.
59 p. : il. color.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) -
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2014.
"Orientação: Profa. Dra. Aretuza Candeia de Melo,
Departamento de Geografia".

1. Migração 2. Migrante Rural 3. Tenório - Paraíba 4.
Êxodo Rural I. Título.

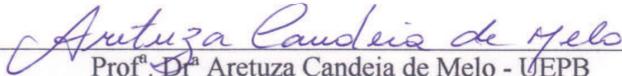
21. ed. CDD 325

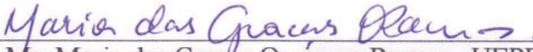
VANDA LUCIA LOURENÇO GOMES

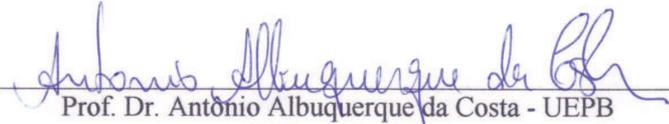
PERFIL DO MIGRANTE RURAL NA PERIFERIA DA CIDADE DE TENÓRIO-PB

Aprovada em 26 de novembro de 2014.

BANCA EXAMINADORA


Prof.^a Dr.^a Aretuza Candeia de Melo - UEPB
Orientador


Prof.^a Ms. Maria das Graças Ouriques Ramos - UEPB
1º Examinador


Prof. Dr. Antonio Albuquerque da Costa - UEPB
2º Examinador

Dedico este trabalho,

A Deus, fonte de fé e de refúgio em todos os momentos da minha vida, principalmente durante os quatro anos de curso, sempre esteve iluminando dando-me força, coragem e determinação para seguir em frente.

A minha família que tanto me apoiaram com incentivos e esforços para oferecer uma educação dentro dos bons costumes, valores e princípios que fizeram com que atingisse os objetivos tão desejados por mim.

AGRADECIMENTOS

Os sinceros agradecimentos são primeiramente para *Deus* porque nos momentos mais difíceis e de cansaço sempre estive abençoando os meus estudos, dando-me forças para continuar e vencer as dificuldades da vida.

A minha família em destaque a meus pais *Luzinete Lourenço Gomes* e *Valfredo Batista Gomes*, a minha avó *Alzira Gomes dos Santos* pelo apoio, incentivos e esforços para prosseguir com esta formação.

Agradeço a professora Dr^a *Aretuza Candeia de Melo* por aceitar a orientação e ao mesmo tempo pela atenção, sugestões e contribuições para a produção deste trabalho monográfico de suma importância para os cidadãos tenorenses conscientes e participativos da comunidade onde está inserido.

Também quero agradecer aos demais *professores do Curso de Geografia* da Universidade Estadual da Paraíba – Campus I pelos conhecimentos compartilhados tanto durante como após a formação, já que estes serviram como suporte teórico desse trabalho.

Expresso agradecimentos especiais aos colegas de turma, que carinhosamente a chamamos de “*Família Geo. 2009.2*”, pelos conhecimentos, experiências trocadas e os momentos marcantes vivenciados ao longo dos quatro anos de curso.

Enfim, estes são os votos de estima e apreço a *todas as pessoas* que de forma direta ou indireta contribuíram para a realização desta Monografia, tendo como requisito o Trabalho de Conclusão de Curso, que tem uma contribuição significativa sobre a produção do espaço geográfico do município de Tenório.

RESUMO

O presente trabalho resulta de uma pesquisa realizada no município de Tenório, que se localiza na Mesorregião da Borborema e Microrregião do Seridó Oriental da Paraíba, tendo como enfoque de estudo o Perfil do Migrante Rural na Periferia da Cidade de Tenório-PB. A presente pesquisa foi baseada em obras e autores que enfocam a temática migração e as relações rural-urbano na perspectiva de um novo rural brasileiro, no qual o espaço e o modo de vida urbano expandem para as áreas rurais formando espaços rururbano na perspectiva de vários fatores (opção de morar na cidade, busca por melhores condições de vida, seca que assola a região, falta de investimento e incentivo a agropecuária, entre outros). O objetivo deste estudo foi diagnosticar os fatores responsáveis pela rururbanização de Tenório a partir da migração rural-urbana, visando por meio da caracterização do perfil da população migrante (êxodo rural), além das causas da migração, expectativas e sugestões da população em relação à agricultura no município, bem como identificar os reflexos dessa rururbanização para a configuração territorial do município. Com base na aplicação de cinquenta questionários com a população entrevistada a pesquisa coletou os dados que posteriormente foi formulado através de tabelas e gráficos, no qual foi utilizado o Programa Excel para a formulação dos dados em percentuais, com base nos princípios que demonstram e fomentam as evidências de uma rururbanização a partir do processo migratório – campo versus cidade no referido município. Os resultados dos dados comprovam que o êxodo rural, vem promovendo o processo de rururbanização, isto é, o avanço do uso e ocupação urbana em direção à zona rural. Diante das mudanças ocasionadas pelo processo de urbanização percebeu-se a necessidade de investir na agricultura por parte do governo municipal, visto que o estudo mostrou um futuro preocupante para a agricultura e o agricultor desta localidade.

Palavras-Chave: Migração. Rural-urbano. Êxodo Rural.

ABSTRACT

This paper results of a survey conducted in the city of Tenorio, which is located in the Greater Region of Borborema and micro-region of the Paraíba Eastern Seridó, with the study focus Profile Rural Migrants in the outskirts of the City of Tenorio-PB. This research was based on works and authors that focus on the theme migration and rural-urban relations in the perspective of a new Brazilian rural, in which space and the urban way of life expand to rural areas forming rururbano spaces from the perspective of several factors (option to live in the city, search for better living conditions, drought in the region, lack of investment and encouraging agriculture, among others). The objective of this study was to diagnose the factors responsible for rururbanização of Tenorio from the rural-urban migration, aiming through the characterization of the profile of the migrant population (rural exodus), besides the causes of migration, expectations and suggestions of the population in relation to agriculture in the county, and to identify the effects of this rururbanização to the territorial configuration of the municipality. Based on the application of fifty questionnaires with population interviewed the survey collected data which was later formulated by tables and graphs, in which we used the Excel program for the design of the data in percentages, based on the principles that demonstrate and promote the evidence of a rururbanização from the migration process - field versus city in that county. The results of the data shows that rural exodus, has been promoting the rururbanização process, ie, the advance of use and urban occupation towards the countryside. Given the changes caused by the urbanization process we realized the need to invest in agriculture by the municipal government, as the study showed a future concern for agriculture and the farmer of this town.

Keywords: Migration. Rural-urban. Rural exodus.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	12
1.1 A Configuração do Êxodo Rural no Brasil	12
1.2 Processo de Migração Rural-Urbano	18
1.3 A Caminho da Cidade: aportes da dinâmica da urbanização	25
2. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	25
2.1 Localização	25
2.2 Fatores Físicos	26
2.3 Contextualização Histórica	27
2.4 Dinâmica Populacional	29
2.5 Estrutura Econômica	29
2.6 Aspectos Educacionais e Saúde	30
3. RESULTADOS E DISCUSSÃO	32
CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
REFERÊNCIAS	55
APÊNDICES	

INTRODUÇÃO

A migração foi deste os primórdios da humanidade um recurso que possibilitou o homem nômade a garantir sua sobrevivência como forma de buscar por meio da caça, coleta e pesca os recursos necessários como modo de se alimentar, no período pré histórico da história humana. Ao longo do tempo os estudos sobre migração passou a ser considerado um processo amplo e complexo que não pode ser definido apenas como o deslocamento de um indivíduo de um lugar para outro, mas a mobilidade de grupos sociais movidos por mudanças estruturais como a econômica, política, questões sociais e culturais, religiosas e dos avanços das técnicas aliado as relações de trabalho condicionadas a um processo histórico.

A formação territorial, econômica, social e cultural do Brasil deve-se muito ao processo migratório tanto externo como interno do país desde o período colonial. Apesar, de a urbanização brasileira atingir a maturidade após três séculos é considerado recente com o desenvolvimento dos centros urbanos a partir das culturas como a cana-de-açúcar, café, indústria entre outros, utilizados como estratégias para garantir a ocupação do território em formação, e principalmente, do êxodo rural regional, como por exemplo, do Nordeste para o Sudeste na década de 1930, ocasionados pela passagem da sociedade predominantemente rural para uma sociedade urbano-industrial.

Deste período em diante intensificou-se o fluxo migratório rural-urbano devido a penetração de técnicas indústrias no campo para aumentar a produtividade, além dos fatores climáticos, no caso da região Nordeste, e a falta de incentivos aos pequenos produtores para a continuidade da produção agrícola, que levou muitos agricultores a abandonarem o campo para migrarem para os grandes centros urbanos em busca de melhores condições de vida para garantir a sobrevivência da família.

A compreensão dos espaços rural e urbano diante das inovações socioeconômicas, industriais e tecnológicas atingiu o campo originando novos espaços, a saber: periurbano, rururbano ou rurbarno, que apesar das diferentes terminologias são utilizadas como sinônimos porque decorrem do processo de urbanização, ou seja, o avanço do espaço urbano sobre as áreas rurais, tendo como base a relação campo-cidade, por meio do êxodo rural. Sendo assim, percebida a cidade como em toda sociedade capitalista é um “fruto” resultante de inúmeras transformações desse trabalho, visto que é construída a partir da concentração populacional gerada pelo processo de urbanização aliado a produção de novas perspectivas e empreendimentos de melhorias de vida nos pequenos, médios e grandes centros urbanos pelas atividades agrícolas, serviços, comerciais e industriais em constante aperfeiçoamento.

Nesse sentido, desde a sua Emancipação Política o Município de Tenório, localizado no Estado da Paraíba e na região Nordeste, está com grande destaque cotidiano relevante ao processo de êxodo rural vem passando em especial nos últimos anos por um desenvolvimento com mudanças econômicas, sociais e geográficas que implicam na expansão do espaço urbano uma nova estrutura decorrente das crises socioeconômicas advindas da falta de investimento nas áreas rurais, tendo nos últimos anos vindo a concentrar uma parte considerável da população do município no centro urbano. O objetivo geral deste estudo foi diagnosticar os fatores responsáveis pela rururbanização do Município de Tenório, no fomento do processo da migração rural-urbana, visando por meio da caracterização do perfil da população migrante (êxodo rural), além das causas da migração, expectativas e sugestões da população em relação à agricultura no município, bem como identificar os reflexos da rururbanização para a configuração territorial do município evidenciado pelo processo migratório.

Sob esta perspectiva, as informações levantadas sobre o espaço geográfico do Município de Tenório teve como objetivo diagnosticar a configuração territorial do município por meio das evidências de uma rururbanização a partir do processo migratório com base numa pesquisa de campo com os moradores da área urbana advinda do meio rural, por meio do chamado êxodo rural. O trabalho em questão teve como procedimento metodológico um estudo compartmentado em três partes, com base em relato de uma revisão literária por meio do uso de trabalhos relacionados à temática desenvolvida através de uma fundamentação teórica, com dados relativos à caracterização da área de estudo e fomentando os resultados e discussões sob o reflexo teórico e da pesquisa de campo.

No primeiro capítulo foi desenvolvida uma revisão bibliográfica pautada nos estudos de diversos autores sobre os processos migratórios no Brasil, abordagens a respeito do espaço rural-urbano brasileiro e da urbanização brasileira. Na segunda parte foi apresentada a caracterização da área de estudo do município de Tenório-PB, destacando a localização geográfica, fatores físicos, contextualização histórica, aspectos demográficos, econômicos, educacionais e saúde. Já com relação à terceira parte, foi realizada uma pesquisa de campo com aplicação de cinquenta questionários com os migrantes provenientes do meio rural entre os meses de março e abril de 2014, residentes atualmente na zona urbana da cidade de modo aleatório, assim foram adotado o método dialético que tem como característica a análise da produção do espaço geográfico a partir do movimento dinâmico da sociedade para reforçar o fulcro teórico do presente trabalho desenvolvido.

1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 Configuração do Êxodo Rural no Brasil

O termo migração é considerado por muitos autores como amplo e complexo que pode ser definido como o deslocamento de contingentes populacionais de uma região (área de emigração) para outra (área de imigração), desse modo, a expressão êxodo rural para Evangelista & Carvalho (2001) seria a aceleração da migração rural-urbana, isto é, a mudança de pessoas do meio rural para o meio urbano ou para outros centros urbanos situados nas regiões mais distantes do país como ocorreu no passado.

Pereira & Tuma Filho (2012), dizem que a ocupação ou a formação territorial e o desenvolvimento econômico, urbano e cultural do Brasil está relacionado às migrações ocorridas ao longo do processo de colonização da história deste país. Dentre estes processos migratórios pode-se mencionar “o tráfico de escravos” que implicou num deslocamento forçado de enorme contingente de população negra para o país. Poder-se-ia também citar a migração de milhares de nordestinos para a Amazônia, no auge do ciclo da borracha, dos quais muitos retornaram ao seu lugar de origem.

Com a cafeicultura, o Brasil passa por outra etapa em seu trajeto migratório: a imigração europeia, que teve sua maior expressão no período compreendido entre o final do século XIX até a primeira Guerra Mundial. Finalmente destacam-se os japoneses, nos anos 20 e 30, como os últimos contingentes migratórios internacionais de relevância numérica (PATARRA & CUNHA, 1987). Nessa perspectiva, para se entender a configuração do êxodo rural pelo país deve-se focar a atenção para as migrações internas no território brasileiro.

De acordo com Graham e Holanda Filho (1973) apud Braga (2006), a migração interna no Brasil pode ser dividida em três períodos distintos: um movimento de crescimento constante dos fluxos nas últimas décadas do século XIX até 1920, um crescimento vertiginoso dos movimentos até 1950 e um pequeno arrefecimento das taxas a partir de 1960. Ainda conforme os autores os períodos estão atrelados a mudança de uma sociedade baseada na produção agrária para o modelo urbano-industrial, além do desenvolvimento do parque tecnológico nacional.

A partir da década de 30 intensifica o crescente fluxo populacional de saída da região Nordeste em direção aos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo em busca das fronteiras agrícolas do Sudeste (PEREIRA & TUMA FILHO, 2012). Complementando essa afirmação Santos (2008) discorre que até 1930 o Estado brasileiro não era ainda um território integrado, o Brasil era um imenso território com atividades econômicas espacialmente isoladas voltadas

para o mercado externo. Desse modo, os movimentos populacionais ocorridos nessa época foram ocasionados pela profunda alteração desencadeada no campo pela política agrária como ressaltam Marinucci & Milesi (2002, p.03):

O Brasil transformou-se, em algumas décadas, de um país predominante rural, num país majoritariamente urbano. Cabe lembrar que, na maioria dos casos, os deslocamentos para a cidade foram compulsórios, consequência de uma política agrária que fechou a fronteira agrícola, modernizou o trabalho do campo e concentrou a posse da terra.

Os deslocamentos populacionais nesse período foram atraídos pela disponibilização de trabalho e as melhores condições de vida oferecida pelo desenvolvimento dos centros urbanos. A década de 1950 é destacada como período que se registram as maiores taxas de êxodo rural na história do país, conforme os movimentos migratórios anteriormente mencionados, isto é, os Estados do Rio de Janeiro e São Paulo eram considerados os dois maiores centros de preferência para os migrantes originários, principalmente, dos Estados do Nordeste.

A década de 60 é caracterizada pela grande inflexão dos movimentos migratórios se comparada com os anos 30, já que no Nordeste as taxas de migração passavam por um declínio em relação ao fluxo para o Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná. Enquanto que, Goiás e Mato Grosso passaram apresentar altas taxas migratórias de recebimento da década anterior (GRAHAM & HOLANDA FILHO, 1973 apud BRAGA, 2006).

Nesse sentido, seguindo essa nova orientação às migrações na década de 1970 segue em direção a Amazônia, em especial, Rondônia passa a receber pessoas de todo o país, sendo que de forma mais expressiva dos estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Goiás, São Paulo e do Nordeste em geral (ROSSINI, 1986). Ainda para autora os fluxos migratórios para a Amazônia Legal foram motivados pela expansão do capital monopolista, pela valorização da grande propriedade, pelo desenvolvimento da pecuária e pelas possíveis conhecimentos dos recursos naturais.

A partir dos anos 70 fica cada vez mais notável o sentido inverso dos movimentos migratórios de longa distância do Nordeste para o Sudeste, visto que segundo análises recentes sobre a mobilidade humana no país apontam novos rumos em relação ao crescimento das migrações de curta distância ou intrarregionais, os deslocamentos urbano-urbano e intrametropolitanos como salientam Marinucci e Milesi (2002).

Em outras palavras, aumenta o número de pessoas que migram de uma cidade para outra ou no interior das áreas metropolitanas em busca de trabalho e de melhores condições de vida. O êxodo rural continua presente, mas adquirem dimensões sempre maiores fluxos de retorno, principalmente para o Nordeste [...]. Entre 1986 e

1991, a percentagem havia sido de 42,5%. Este refluxo migratório, contudo, não impede que os Estados com maior redução populacional sejam concentrados no Nordeste – Paraíba, Piauí, Bahia e Pernambuco. Já o maior crescimento populacional verifica-se em Estados do Norte e do Sudeste (MARINUCCI & MILESI, 2002, p.03).

Corroborando com os autores Gonçalves (2001) também afirma que embora tenha sofrido certa desaceleração nas duas décadas, o êxodo rural permanece intenso e contínuo. Segundo o autor existem atualmente cinco movimentos mais expressivos do fenômeno migratório, a saber: o êxodo rural em massa, migrações temporárias ou sazonais, a fronteira agrícola e migrações circulares ou pendulares.

Gonçalves (2001) relata que o êxodo rural como foi ressaltado antes devido o ritmo de urbanização do país vem diminuindo, porém as taxas ainda continuam elevadas não apenas nas capitais e metrópoles, mas também as pequenas e médias cidades vêm absorvendo o afluxo do êxodo rural. As migrações temporárias ou sazonais ocorrem em direção às safras agrícolas como, por exemplo, as safras de cana-de-açúcar, café, laranja entre outras. Nestas migrações os trabalhadores passam de 4 a 7 meses longe da sua terra natal e de sua família.

As migrações limítrofes são os movimentos populacionais que ocorrem na fronteira do Brasil com os países vizinhos, nos quais os imigrantes se deslocam a procura de trabalho ou de uma renda mais satisfatória. As migrações em direção as fronteiras agrícolas está diminuindo década a década devido a dois motivos: a concentração de terras, pecuaristas ou mineradores e as dificuldades do pequeno agricultor em conseguir créditos para manter a comercialização da produção. Em relação às migrações circulares ou pendulares são conhecidos como o movimento diário ou semanal de trabalhadores dentro das grandes metrópoles ou entre localidades vizinhas (GONÇALVES, 2001).

Diante dos tipos de mobilidade humana apresentados sobre as migrações tanto interna como externa são processos amplos e complexos porque as causas e os fatores que motivam os deslocamentos populacionais espacialmente pelo Brasil são bastante diversificados, já que estão atrelados ao contexto social e cultural de cada pessoa, conforme afirmam Marinucci e Milesi (2002) *“a migração não é uma escolha livre, ela é compulsória, pois muitos migrantes são obrigados a abandonar sua terra natal em busca de melhores condições de vida ou fugindo de situações difíceis como a violência estrutural ou doméstica”*, entre outras.

1.2 Processo de Migração Rural-Urbano

Para compreender o processo de migração rural-urbano é preciso conhecer as raízes desse fenômeno que segundo Gonçalves (2001) são considerados verdadeiros nós ou estrangulamentos expressão utilizada por Caio Prado Junior para se referir aos problemas sociais que fazem parte e interferem no desenvolvimento social e cultural do país desde o início de sua história. Sintetizando as ideias de Gonçalves (2001) temos como o primeiro nó a concentração da terra que deste o período colonial só faz aumentar porque a coexistência de uma elite abastada e a exclusão social da maioria da população é uma realidade que está presente desde a formação histórica do país.

O segundo nó que estrangula a população assalariada é a questão das relações de trabalho. O modo de produção vigente no mundo e no Brasil revela uma contradição, ou seja, ao mesmo tempo em que desenvolve técnicas avançadas ressuscita formas de trabalho que deveria ficar esquecida no passado. Desta forma, no mercado informal multiplica-se a flexibilização e terceirização dos empregos que por sua vez, obriga o trabalhador a um vaivém compulsório ou este deixa a família para garantir a sobrevivência de todos.

Outro nó que está na raiz das migrações é a estiagem periódica no semiárido brasileiro e a indústria da seca. Mas, não podemos cair na ingenuidade de acreditar que a seca é o fator predominante da saída dos imigrantes do Nordeste e de Minas Gerais para outras áreas do país. A seca apenas agrava uma situação fundiária já extremamente desigual, isto é, a causa do êxodo é a concentração não só da terra, mas da água nas mãos de uma minoria.

Além desses nós temos a corrupção que é considerada um entrave para o desenvolvimento brasileiro, bem como a dívida externa e interna também é o último nó que contribui para agravar a situação, pois a primeira concentra a riqueza do país em poucas mãos e a segunda retira os recursos que se destinariam a melhoria dos serviços públicos para atender a população mais pobre como, por exemplo, saúde, educação entre outros.

De acordo com o autor não se deve relacionar as migrações somente a pobreza e a exclusão social porque o êxodo rural tem outras causas como, por exemplo, crise econômica, desemprego, a inserção de novas tecnologias no campo, as dificuldades dos pequenos e médios produtores ao acesso a investimentos para continuar com o ciclo produção-comercialização-distribuição.

Nesse sentido, dentre os processos que acelerou a transferência de pessoas do campo para cidade foi à urbanização, isto é, o espaço é considerado urbano quando a população urbana for superior a rural e a substituição das atividades primárias (agricultura) por

atividades secundárias (indústria) e terciárias (serviços). No entanto, durante muito tempo a população rural foi superior à urbana, porém essa situação mudou em especial ao processo de industrialização iniciado no século XVIII, que impulsionou o êxodo rural nos locais em que se deu primeiramente, na Inglaterra, que foi o primeiro país a se industrializar e depois para os demais países do mundo.

Nos países subdesenvolvidos de industrialização tardia como é o caso do Brasil, o processo industrial iniciou após a Segunda Guerra Mundial. Desse modo, o processo de urbanização está associado à expansão do modo de vida urbano para as áreas rurais e a construção e reconstrução de formas espaciais para reprodução da sociedade. Além disso, a industrialização atrai a população do campo para cidade, mas não absorve totalmente essa mão-de-obra, criando um “exercito de reserva” ou uma “população excedente” que fica sujeita a dinâmica do capitalismo.

Assim, a migração para Rossini (1986) pode ser interpretada como um fenômeno, no qual o trabalho está sujeito ao acúmulo do capital, isto é, no modo produção capitalista o trabalhador é livre para vender sua força de trabalho, já que no feudalismo a sociedade era estática, entretanto no capitalismo existe a mobilidade social, por isso a migração do trabalhador é impulsionada pelo processo de acumulação como destaca Singer (1975) apud Rossini (1986) *“merece ainda colocar-se a questão no sentido de que a migração não é um fenômeno individual, mas ao contrário, é um movimento de classe social”*.

Ainda para os autores o significado da migração vai além do movimento de pessoas pelo espaço, pois a decisão de migrar não é pessoal por trás desta estão subentendidos causas, fatores, características singulares e peculiares tanto do local de origem como do local de destino num determinado período em que o indivíduo se desloca a procura de uma ascensão social colocando a disposição do mercado a sua força de trabalho pela necessidade de escapar das situações mais adversas do meio rural ou do meio urbano onde encontra-se inserido.

Segundo Singer (1980), as migrações internas resultam de processos globais de mudanças condicionados a um processo histórico que tem como motor principal o acirramento das desigualdades regionais como aponta o autor:

É claro que qualquer processo de industrialização implica numa ampla transferência de atividades (e, portanto, de pessoas) do campo às cidades. Mas, nos moldes capitalistas, tal transferência tende a se dar a favor de apenas algumas regiões em cada país, esvaziando as demais. Tais desequilíbrios regionais são bem conhecidos e se agravam na medida em que as decisões locais são tomadas tendo por critério apenas a perspectiva da empresa privada (SINGER, 1980, p. 37).

Com base no autor acima citado ao analisar o processo de migrações revelou que existem os fatores de atração e expulsão como responsáveis pela dinâmica desse fenômeno. Os fatores de atração podem ser definidos como as forças que influenciam a mão-de-obra a migrar para os centros urbanos tendo em vista o crescimento da produção industrial e a expansão das atividades terciárias (comércio e serviços) nos centros urbanos. Os fatores de expulsão estão subdivididos em fatores de mudança e estagnação.

Os fatores de mudança surgem a partir da introdução da produção capitalista no campo, isto é, as novas técnicas e máquinas para aumentar a produtividade, bem como as novas relações de trabalho implicam na redução tanto na geração de novos postos de trabalho como na absorção de mão-de-obra, ou seja, dos agricultores não proprietários expulsos do campo. Os fatores de estagnação se referem a crescente pressão populacional sobre a disponibilidade de terras cultiváveis limitadas pela insuficiência física do solo como pela concentração latifundiária pelos grandes proprietários (SINGER, 1980), como ocorre, por exemplo, no Seridó nordestino brasileiro.

Singer (1980) ainda expressa que as regiões com migração ocasionadas por fatores de expulsão tem altas taxas demográficas além de está relacionado as dificuldades dos produtores rurais em aumentar a produção agrícola. Mas, os fatores de atração são considerados mais importantes porque os fluxos migratórios são direcionados pela necessidade de força de trabalho gerado pelo processo de industrialização e o desenvolvimento das atividades terciárias. Sendo assim, para compreender o processo migratório deve-se levar conta os fatores em questão, pois enquanto o primeiro orienta ou direciona o fluxo migratório, o segundo definem a origem do fluxo migratório.

Partindo desta reflexão, percebe-se que a teoria neoclássica tem como objeto de análise as razões que levam o indivíduo a migração, isto é, o mesmo se desloca a procura de melhores expectativas de vida. A corrente marxista contrariando a visão neoclássica “a migração é um processo social e não uma decisão individual”, ou seja, este movimento é o deslocamento de classe social provocado em parte pelo desenvolvimento de atividades econômicas nos espaços terrestres ou áreas produtivas descobertas por meio dos avanços técnico-científicos propícias que geram a reprodução do capital através da força de trabalho excedente atraída.

Por esta razão, diante da argumentação apresentada, nota-se que a visão marxista esclarece a migração não apenas como o deslocamento de indivíduo de um lugar para outro, mas “o movimento do grupo social” motivado pelas desigualdades sociais geradas pela lógica

do capitalismo de está em constante renovação para garantir sua manutenção ao longo do tempo.

1.3 A Caminho da Cidade: aportes da dinâmica da urbanização

A urbanização é um processo que concentra cada vez mais grandes contingentes populacionais em espaços relativamente restritos do planeta (IBGE, 2007). Deste modo, a urbanização brasileira é considerada recente mesmo atingindo a “generalização após três séculos”, as cidades brasileiras passaram por uma evolução em que o crescimento urbano acelerado e diversificado levou a constituição de uma hierarquia urbana de difícil compreensão, que este estudo visa diagnosticar no município de Tenório – PB. Diante do tema e do objeto de pesquisa surge à necessidade de buscar as origens da cidade e a produção do espaço ao longo do tempo.

As primeiras “*urbes*” ou cidades possuíam uma configuração espacial diferente das atuais, estas antigamente eram cercadas por muralhas que separavam o campo da cidade e que serviam de proteção para os assentamentos humanos ameaçados pelos povos inimigos. Além disso, as cidades pioneiras não tinham a interligação ilimitada que apresenta recentemente, mas as cidades ainda mantêm características que persiste a até hoje, é o fato da cidade ser local onde se concentra pessoas, atividades não agrícolas, serviços e o comércio de troca e venda de mercadorias entre outras.

Para Souza (2003), uma das primeiras cidades que se têm conhecimentos segundo a Bíblia foi Jericó, às margens do rio Jordão na Palestina. Sendo assim, o aparecimento das primeiras cidades está relacionado a Revolução Agrícola ou Neolítica, na qual a prática da agricultura levou ao surgimento de assentamentos sedentários e posteriormente das primeiras cidades. Ainda, para autor a formação de outras cidades pelo mundo antigo não foi só o domínio da agricultura e o excedente alimentar, mas também de mudanças sociais, tais como: econômicas, tecnológicas, políticas e culturais.

Seguindo as ideias de Souza (2003) & Santos (1988), a cidade formou-se graças a um determinado avanço das técnicas de produção agrícola que propiciou a formação de um excedente de produtos alimentares. Assim, a cidade aparece como um lugar do trabalho livre, em que este excedente alimentar possibilitou as pessoas a se dedicarem às atividades não agrícolas, gerando desse modo relações históricas, sociais e comerciais.

Complementando esses pensamentos Corrêa (1993) afirma que a cidade é um espaço urbano que tem os agentes sociais como responsáveis pela sua produção, assim a cidade para

o autor pode ser definida como um espaço fragmentado e articulado, reflexo e condicionante da sociedade. Enquanto, Souza (2003) considera a cidade uma entidade socioespacial complexa difícil de definir, visto que é um produto social.

Segundo Silva (2006) o processo histórico de urbanização revela que as cidades da Antiguidade surgiram seguindo o modo de produção, as quais estão vinculadas, assim como possuíam um lógica que eram oriundas das sociedades escravistas com uma considerável concentração de poder, socialmente e espacialmente. Porém, neste período as cidades passam por declínio e seu retorno está relacionado ao Renascimento Comercial aliado a concentração de poder e ao modo de produção mercantilista desestruturado pela crescente divisão social do trabalho, assim as cidades continuam sendo reproduzidas acompanhando os modos de produções ao longo do tempo, como aponta Whitacker (2006):

[...] a cidade é [a] cristalização da urbanização e essa, enquanto processo, não é definida, in fine, mas articula-se à produção ampla e restrita. Há, assim, uma mudança radical no processo de urbanização: se, desde o advento da industrialização até a primeira metade do século passado, houve uma difusão quantitativa da urbanização, hoje essa difusão é principalmente qualitativa [...]. Produz-se, assim, uma nova cidade. Diferentes conformações assumidas pelo modo capitalista de consubstanciam-se numa divisão territorial do trabalho, que pode ser apreendida no estudo do processo de urbanização, e que, historicamente, traz grandes mudanças. (WHITACKER, 2006, p. 132-133).

Em outras palavras Silva (2006) explica o ponto de vista do autor com a seguinte afirmação:

Portanto, devemos entender que o processo de urbanização e o processo de industrialização, respectivamente, como sendo mais amplo que a produção de cidades e do que a implantação de indústrias, representam a introdução de uma nova lógica social, uma nova maneira de produção e apropriação do espaço. Inclui a implantação de meios de consumo coletivos, infraestruturas e de culturas para suas plenas efetivações (SILVA, 2006, p.75).

Os autores Whitacker (2006) & Silva (2006) compartilham da mesma opinião quando se referem que a produção da cidade está sempre sendo planejada e construída para garantir a reprodução da sociedade capitalista, por isso a cidade não pode ser compreendida sem levar em conta que a industrialização e a urbanização, são processos correlacionados entre si, pois o *“primeiro além da criação das atividades industriais também expande formas diversas de consumo, relações sociais e ativas o processo de urbanização”* (SANTOS, 2008), ou seja, acelera o crescimento demográfico nas cidades.

Assim, sabendo que a urbanização é um processo que atingiu quase todos os países no mundo, porém em níveis desiguais como é o caso da urbanização brasileira que teve início no século XVIII, com o desenvolvimento de centros culturais comerciais na faixa litorânea com a produção para o mercado externo. Com a transição do Brasil agroexportador para um país

urbano-industrial a partir da década de 1930, impulsionada por políticas estatais que visava à formação do mercado interno nacional integrado, que privilegiava as indústrias de bases voltadas para modernização do Estado.

As cidades passam a ser produzidas seguindo essa lógica do modelo urbano-industrial, isto é, com uma dinâmica muito mais complexa influenciada pela divisão social e territorial do trabalho que intensifica os fluxos tanto interno como externo, sendo o início da constituição da rede urbana brasileira (SILVA, 2006). A partir desse contexto as cidades brasileiras cada vez mais adquirem importância na rede urbana passando a desempenhar novas funções devido à consolidação da produção no modelo urbano-industrial, bem como “*os investimentos em transportes, engenharia e a criação de meios de comunicação atribuem uma nova fluidez ao território brasileiro*” (SANTOS, 2008).

Nesse sentido, para entender a articulação de uma cidade com outros centros urbanos da hierarquia urbana conforme (CORREIA, 1994) de acordo com a teoria de Chistaller sobre as localidades centrais referem-se ao grau de centralidade da cidade, isto é, a importância e área de alcance das funções centrais, como por exemplo, o oferecimento de bens e serviços aos demais centros urbanos.

Segundo o IBGE (2008) sobre a influência das cidades num estudo realizado buscou informações dos centros urbanos do país, baseados na presença de órgãos do poder executivo, de grandes empresas e oferta de ensino superior, serviço de saúde e domínio de internet. A partir dos resultados obtidos foram identificados a seguinte hierarquia dos centros da rede urbana brasileira, a saber: a metrópole, com 12 centros apresentando forte relações direta, mas com três subníveis, como a grande metrópole nacional, metrópole nacional e metrópole, capitais regionais subdivididas em A, B, C, centro sub-regional com subdivisões em A e B, centro de zona A e B e centro local.

Nesse estudo os centros urbanos foram identificados segundo a subordinação do oferecimento de equipamentos e serviços (hospitais, ensino superior, banco, internet...) pelas cidades. Em relação a essa hierarquia urbana nota-se que foi considerada a atual fase da revolução industrial, denominado por Milton Santos (2008) de período técnico-científico-informacional caracterizado pela grande indústria e a introdução de novas tecnologias extremamente rápidas é fortes aliadas para o crescimento da produção.

Neste período em que a economia se mundializa, a produção se desarticula, os avanços científicos e técnicos amplia a complexidade da divisão social e territorial do trabalho além dos espaços tanto urbano como rural serem considerados produtivos para garantir a reprodução do capital são estas entre outras mudanças que estão contribuindo para uma

reflexão sobre o urbano no Brasil, isto é, a definição de cidade. Nessa perspectiva, nos dias atuais a existência de uma cidade no país é admitida de acordo com critérios de definições do que é cidade pelos diferentes países do mundo como, por exemplo, densidade demográfica, político-administrativo entre outros.

De acordo com Marques (2002) para definição de cidade no Brasil adota-se o critério político-administrativo que considera urbana toda sede de município (cidade) e distrito (vila). Conforme estudos realizados pelo IBGE (1999) é considerada área urbanizada toda área de vila ou de cidade, legalmente definida como urbana e caracterizada por construções, arruamentos e intensa ocupação humana; as áreas afetadas por transformações decorrentes do desenvolvimento urbano, e aquelas reservadas à expansão urbana. Esse critério é considerado por muitos autores um processo essencialmente político, *“que apresenta muitas falhas no que se refere a compreensão do que é urbano e rural, diante das inovações ocorridas no campo”* (ENDLICH, 2006).

A distinção do rural e urbano no país é dificultada pela delimitação estabelecida, por este motivo Reis (2006) defende que o perímetro urbano de acordo com legislação vigente, é a linha que separa o urbano do rural, não representa a realidade com clareza, pois os interesses políticos, econômicos e tributários podem prevalecer no momento de sua demarcação, como afirma (VEIGA, 2002) mencionado por Reis (2006): *“[...] os perímetros urbanos de muitos municípios engolem plantações, pastos e até imensos projetos de irrigação”*.

Para Endlich (2006) o entendimento da relação urbano-rural deve passar pela análise da definição atual desses espaços no seguinte contexto: no meio técnico-científico, na industrialização e no desenvolvimento dos transportes e comunicações ressaltado por Santos (1996). Considerando esse contexto podem-se destacar duas abordagens para a definição do que seja rural e urbano como salienta (BERTRAND, 1973 apud REIS, 2006): *“[...] a dicotômica e a de continuum. Na primeira a ênfase recai sobre as diferenças que se estabelecem entre estes dois espaços, sendo o campo pensado como algo que opõe à cidade. Na segunda, ocorre uma aproximação entre o espaço rural e a realidade urbana”*.

Na primeira abordagem o urbano e o rural são compreendidos a partir das características que distinguem estes espaços como duas realidades opostas sem interação entre si. Em relação à segunda abordagem Graziano da Silva (1997) afirma que o rural hoje só pode ser entendido como “continuum” do urbano do ponto de vista da organização da atividade econômica, as cidades não podem mais ser identificadas apenas com a atividade industrial, nem os campos com a agricultura e a pecuária. Para o autor a urbanização do meio rural brasileiro contemporâneo resulta de um duplo processo, a saber: *“da industrialização da*

agricultura, de um lado, e, do outro, do transbordamento do mundo urbano naquele espaço que tradicionalmente era definido como rural” (GRAZIANO, 1997).

Na visão de Souza (2006), o rural explicado e aprendido nesta perspectiva do continuum é o rural concebido como “rurbano”, ou seja, as diferenças entre o rural e o urbano são minimizadas tendo em vista o processo de urbanização, as atividades rurais são desenvolvidas voltadas para o estilo urbano como, por exemplo, a criação de peixes em lagos para o pesque-pague entre outras. Baseada ainda neste autor menciona que na perspectiva do espaço rurbano é uma questão de tempo para que haja a substituição do rural pelo urbano.

Por outro lado, para Pieper & Vieira (2011) o campo marca a cidade através de atividades agropecuárias presentes no espaço perurbano ou rurbano, tanto como uma necessidade de sobrevivência, quanto por vontade de manter essas práticas por parte de indivíduos que possuem apego a terra e vínculo com animais e plantas, sendo o rural no cotidiano do urbano.

Vale (2005) ao analisar a dinâmica do espaço periurbano identificou que os processos de periurbanização e rururbanização ou rurbanização são equivalentes, apesar das terminologias diferentes variarem entre os países e autores, a periurbanização ou rurbanização é um processo que se fundamenta nas relações campo-cidade, com a expansão urbana sobre as áreas rurais, fortalecida pelos avanços tecnológicos dos meios de transportes e comunicação. Em relação a essa colocação Souza (2003) acrescenta que nas bordas da cidade duas “lógicas” de uso da terra: a rural e a urbana. Essa transição entre o rural e o urbano é chamada de franja rural-urbana ou espaço periurbano, como argumenta (SOUZA, 2003, p. 27-28):

O que pode confundir é que, na franja rural-urbana, muitas vezes a face visível do espaço (a paisagem) continua tendo um aspecto “rural” [...]. Grandes áreas servindo de pastagens [...], frequentemente, que uma “maquiagem” para glebas mantidas como reserva de valor por empreendedores urbanos; são, assim, terras de especulação, “em pousio social”, por assim dizer, e que serão convertidas, depois de muitos anos [...], em loteamentos populares ou condomínios fechados de alto status, dependendo de sua localização. Nem tudo que parece ser, por seguinte, de fato é, em matéria de espaço periurbano...

Em suas palavras Souza (2003) deixa claro que o uso do solo rural ou urbano depende dos agentes sociais modeladores presentes nestes espaços. Além disso, os espaços originados da mescla do rural com o urbano como, por exemplo, “*o periurbano, o novo rural entre outros estão sendo usados em diversos países como Europa e Estados Unidos como categorias intermediárias para a delimitação do rural*” (SILVA, 1997 apud SOUZA, 2006).

Conforme a autora acima citada, as formas predominantes tanto em nível nacional como internacional sofrem críticas porque não abrange os diferentes aspectos do rural, que se configura a partir das inovações científicas e tecnológicas que atingem o campo facilitando a

produção das atividades e influenciando o modo de vida, visto que no novo rural são praticadas além das atividades primárias outras atividades, como o turismo, por exemplo. Nesse sentido, para Peiper & Vieira (2011) a incorporação do espaço periurbano deve ser analisada por meio de suas interações tanto com a cidade como com o campo, tendo em vista o conjunto de processos econômicos, sociais, ambientais e culturais desse território como o resultado da articulação e interação entre o que é urbano e o que é rural.

Frente ao exposto, a urbanização pode ser entendida como um processo histórico que se expandiu espacialmente pelo mundo, que tem os agentes sociais como colaboradores para produzir e reproduzir novos arranjos na organização socioespacial para sua realização, ou seja, “o espaço é produto, reflexo e condicionante da sociedade em constante reprodução”. Sendo assim, deve-se lembrar de que a urbanização e a organização social do espaço são processos que estão correlacionados com as mudanças estruturais, a saber: políticos, econômicos e culturais desde o início da sociedade humana.

De acordo com Souza (2003) o Brasil é realmente um país urbano, pois a população aumenta cada vez mais em escala global. Quanto a essa questão, a cidade concentra bens e serviços que o indivíduo necessita para viver em sociedade, mas a cidade também dependendo do seu tamanho e complexidade atrai e gera para si problemas como favelização, pobreza, segregação entre outros que são típicos da vida urbana.

Partindo da reflexão em questão a definição de cidade pode ser compreendida a partir dos seguintes critérios apresentados por (ÂNGULO & DOMÍNGUES, 1991 apud BERNARDELLI, 2006, p.34-36), a seguir: tamanho demográfico; densidade (concentração espacial da população); aspectos morfológicos (formas urbanas como, por exemplo, edificações, uso do solo, transportes...); atividades (comércio, serviços...); modo de vida (cultura urbana); interrelações urbanas; e geração e difusão de inovações.

A autora revela que estes critérios estão sendo utilizados para estabelecer limites entre o rural e o urbano. Estas características também podem ser usadas dependendo do grau e intensidade como elementos de diferenciação entre as cidades. Mas, as cidades possuem problemas comuns como demonstra (SANTOS, 2008, p.105).

Com diferença de grau e intensidade, todas as cidades exibem problemáticas. Seu tamanho, tipo de atividade, região em que se inserem etc, são elementos de diferenciação, mas, em todas elas, problemas como os do emprego, da habitação, dos transportes, do lazer, da água, dos esgotos, da educação e saúde são genéricos e revelam enormes carências. Quanto maior a cidade, mais visíveis se tornam essas mazelas.

Dentre esses problemas sociais ainda pode-se citar a violência urbana, corrupção, pobreza, carência de infraestrutura entre outras, que contribuem para o crescimento desordenado e sem planejamento das cidades sejam elas pequenas, médias ou grandes. Desta maneira, as cidades expandem-se engolindo a terra a seu redor submetendo o uso do solo a lógica do capital, como assinala (LEFEBVRE, 1991b apud SOBARZO, 2006, p. 56).

[...] Nos países industriais, a velha exploração do circundante pela cidade, centro de acumulação do capital, cede lugar a formas mais sutis de dominação e de exploração, tornando-se a cidade um centro de decisão e aparentemente de associação. Seja o que for, a cidade em expansão ataca o campo, corrói-o, dissolve-o. [...] A vida urbana penetra na vida camponesa despojando-a de elementos tradicionais: artesanato, pequenos centros que desaparecem em proveito dos centros urbanos (comerciais e industriais, redes de distribuição, centros de decisão etc.). As aldeias se ruralizam perdendo a especificidade camponesa. Adaptam seu ritmo ao ritmo da cidade, mas resistindo ou recuando às vezes ferozmente sobre si mesma.

Sendo assim, a compreensão do urbano e do rural não devem levar em consideração as velhas abordagens, na qual estes espaços são vistos como territórios isolados opostos um ao outro, mas devem ser percebidos como espaços que apesar de suas características singulares e peculiares estão integrados se complementando. Diante do que foi apresentado e discutido percebe-se que o rural no Brasil está passando por intensas transformações, tais como: econômicas, sociais, políticas e culturais, por isso para se compreender o rural e o urbano brasileiro atualmente é preciso considerar o novo contexto analisando tanto as antigas como as novas abordagens no sentido de que a urbanização brasileira recente está provocando o surgimento do “novo” rural originado a partir das inovações que penetram no campo levando uma valorização do mesmo não pelos seus aspectos rurais, mas as atividades desenvolvidas no campo voltadas para o urbano.

Os espaços originados da mescla do urbano com rural recebem diversas denominações como periurbano, rurano, novo rural entre outros que ajudam atender a realidade rural-urbana porque são espaços em que os limites entre cidade e campo não se identifica claramente, já que os critérios de delimitação do rural existente no país não conseguem reunir as características particulares e singulares destes espaços interligados (PIEPER & VIEIRA, 2011). A partir dessa interpretação, constatou-se que a questão do rural e do urbano é muito complexa, visto que são espaços produzidos a partir das relações socioespaciais, nos quais envolvem diferentes agentes sociais que fragmentam, especulam, modelam o solo daqueles conforme seus interesses.

2 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

2.1 Localização Geográfica do Município de Tenório

O município de Tenório localiza-se na porção Central-Norte do Estado da Paraíba, na mesorregião da Borborema e na microrregião do Seridó Oriental Paraibano, distante 196 Km da capital do Estado - João Pessoa (Figura 01). Apresenta uma área territorial de 105,27 km², na intersecção das Coordenadas Geográficas de 6°56'31" Latitude S e 36°37'46" de Longitude W (IBGE, 2010). O município encontra-se inserido nas Folhas Jardim do Seridó (SB.24-Z-B-V) e Juazeirinho (SB.24-Z-D-II) editadas pelo MINTER/SUDENE nos anos de 1972 e 1970 (SUDENE, 1970 & 1972).

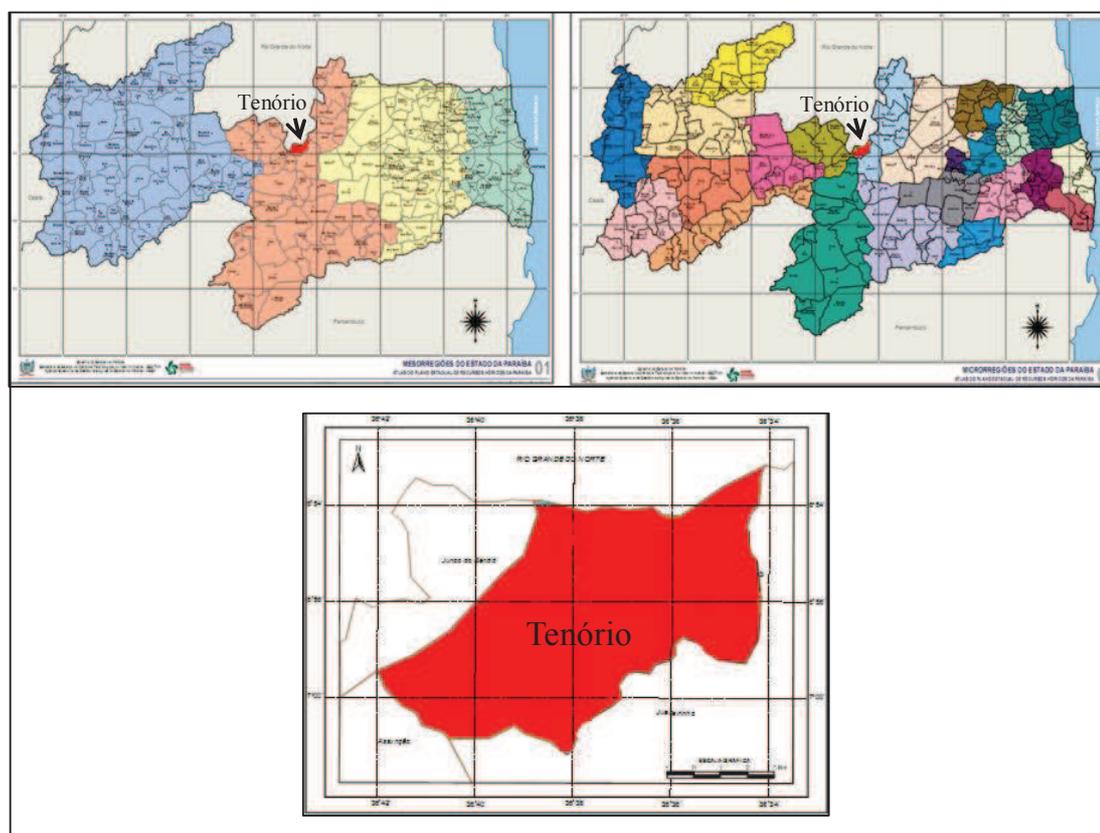


Figura 1 - Localização do Município de Tenório no Estado da Paraíba Fonte - AESA, 2006 e CPRM, 2005 (Adaptado).

O município de Tenório situa-se a uma altitude de 610 metros. Limita-se a Norte com Equador-RN, a Leste com Juazeirinho e São Vicente do Seridó, a Oeste com Junco do Seridó e a Sul com Assunção (IBGE, 2010).

2.2 Fatores Físicos

Conforme Melo (2003), o município de Tenório encontra-se sob o domínio geomorfológico da Borborema, isto é, do Planalto da Borborema, que se trata de um núcleo do Escudo pré-cambriano do Complexo Nordeste, soerguido, falhado, aplainado também denominado como Maciço da Borborema. Ainda de acordo com o autor, a microrregião do Seridó Oriental à qual Tenório faz parte, o relevo é formado por cristas em arcos, separados por vales ou cortados por rios, rochas metamórficas e magmáticas. Segundo Mascarenhas et al., (2005, p.53), a topografia apresenta:

Cotas entre 490 metros a 800 metros. Seus maiores valores ocorrem na porção Oeste como na Serra de Teresópolis, onde a declividade é média à elevada. Predomina no município relevo com declividade média a baixa cujas cotas menores apresentando valores mínimos de 490 metros situam aparecem no extremo Norte na confluência do Rio Barraco com o limite do município [sic].

Corroborando com Melo (2003), Rodriguez (2002) afirma que a microrregião do Seridó Oriental onde se encontra situado Tenório o conjunto geomorfológico é formado pela superfície elevada aplainada da Borborema, ou seja, configura-se numa ampla área planáltica que engloba as regiões conhecidas como Agreste, Cariri e Seridó. Segundo a autora citada, esta superfície é caracterizada pelos maciços residuais, formas individualizadas bem elevadas com altitudes médias entre 500 a 800 metros.

Com relação ao clima, predomina no município o tipo BSh (clima semiárido), quente e seco, com chuvas de verão, conforme a classificação climática de Köppen-Geiger. Como ressalva a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais, há também a presença de um bioclima 2b sub-desértico, característico de áreas tropicais, com 9 a 11 meses secos, devido às altas temperaturas na maior parte do ano. A área estudada consolida-se com uma temperatura média anual de aproximadamente 26°C, situa-se o índice pluviométrico numa faixa de 400 à 600mm com distribuição irregular (CPRM, 2005, p.3).

A vegetação de Tenório é do tipo Caatinga-Seridó, classificada em hipoxerófila e hiperxerófila, característica de regiões secas, apresentando, na maioria das vezes, um extrato quase contínuo de espécies como Mandacaru (*Cereus giganteus* D.C. – Família Cactaceae), Marmeleiro (*Cróton sonderianus* Muell.) - Família Euphorbiaceae, Facheiro (*Cereus squamosus* Guerke - Família Cactaceae), Xiquexique (*Pilosocereus gounellei* Weber - Família Cactaceae), mancabira (*Bromélia laciniosa* (Mart.) Ex. Schult. – Família Bromeliaceae), Jurema preta (*Mimosa tenuiflora* (Willd.) Poir. – Família Mimosaceae) entre outras.

Estas espécies apresentam-se bastantes devastadas, caracterizadas pelo desenvolvimento da vegetação natural arbustiva de porte baixo. Complementando essa questão Rodriguez (2002) menciona que a semiaridez na região do Seridó na qual se encontra Tenório, a caatinga, vegetação presente no município aparece numa forma bem mais empobrecida, do tipo herbáceas, apresentando, na maior parte, apenas extrato quase contínuo de capim panasco e esparsas touceiras de xique-xique.

A pedologia da área resulta de um mosaico de solos com características variadas dentro de um pequeno território (MELO, 2011 apud ANDRADE, 2012). As classes de solos mais frequentes foram classificadas em três tipos: os SOLONETZ Solodizado, REGOSSOLO Distrófico e Cambissolo Eutrófico. Esses solos apresentam uma série de fatores limitantes e, por isso, são pouco aptos para agricultura, sendo mais apropriados para pastagens. Pois, a falta de água por tempo bem prolongado provoca um empobrecimento desses solos (EMBRAPA, 2006 apud ANDRADE, 2012).

O município encontra-se inserido no domínio da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba, na Sub-Bacia do Rio Taperoá, os seus principais tributários são os riachos: Barraco, Carabeira, Seridozinho, Carneiro, Várzea, Cariri, Bandarra e Teresópolis, tendo como principal reservatório d'água a Lagoa Maravilha. Todos esses corpos d'água têm regime de escoamento intermitente e o padrão de drenagem é o dendrítico, ou seja, escoam suas águas pelo próprio ambiente e adjacências (MASCARENHAS et al., 2005).

2.3 Contextualização Histórica

A origem da denominação do município de Tenório traz consigo vastas interpretações referentes ao primórdio da história local, a qual apresenta um relato bem complexo e contraditório, quanto a história dos demais municípios paraibanos. As várias versões descritas pelos antigos moradores, dizem que o nome Tenório veio de uma figura de um chefe índio que teria passado pelas terras, hoje município de Tenório, em tempos pretéritos, vindo do Estado do Rio Grande do Norte com sua gente. Conforme o IBGE (2010) e Read More (2012), ambos dissertam que:

E é justamente a partir deste ponto que a história sobre a origem no nome Tenório começa a tomar mais de uma explicação. Pois, uma das versões relata que este índio se instalou nestas terras com seu povo e que, por ser "rezador", muitas pessoas vinham dos arredores para se consultar com ele. Com isso, com a força da tradição popular, o lugar foi tomando o nome do principal motivo de visitação, ou seja, o nome do procurado "rezador" índio Tenório.

E em outra versão, porém, contam que este chefe índio teria estado nestas terras só de passagem, e que ele e sua gente pararam para descansar, de sua longa jornada, debaixo de uma árvore. A partir daí, esta árvore e, conseqüentemente, o local onde ela se encontrava, receberam o nome deste chefe. Outras versões giram em torno do fato deste índio que ao passar por esta região, teria morrido nas margens do riacho Tenório e que este fato seria o motivo para marcar o local com o nome do Pajé.

Logo após, esse primeiro momento da história de Tenório, caracterizado pela presença dos índios, tem-se uma segunda história da origem do nome Tenório, que ocorreu anos trinta, quando este espaço era todo dividido em propriedades agrícolas de pequeno e médio porte, pertencentes aos seguintes proprietários: Cícero, Manuel e Joel Batista, e Antônio Gregório. Por se tratar de um espaço rural, as residências, evidentemente, eram escassas e existia apenas uma vegetação tipo capoeira e algumas culturas agrícolas tais como: algodão, agave, mandioca, feijão e milho (IBGE, 2010 & READ MORE, 2012).

O distrito de Tenório foi fundado em 1952, tendo como marco inicial a realização de uma missa na residência de Cícero Batista de Azevedo e uma feira livre. As primeiras atividades comerciais de Tenório foram a venda e a troca de animais que aconteciam no local chamado “*Piso*” (READ MORE, 2012). Atualmente, esse espaço foi ocupado pela Praça Pública e a quadra de esportes do município. Para o IBGE (2010), esse distrito foi criado pela lei Estadual Nº 212, de 11 de maio de 1959, quando esse estava sobre o domínio do município de Juazeirinho - PB.

Em divisão territorial datada de 1-07-1960, o Distrito de Tenório, figurava no município de Juazeirinho. Assim permanecendo em divisão territorial datada até 17 de janeiro de 1991. A sua Emancipação Política ocorreu em 29 de abril de 1994, pela lei Estadual Nº 5.889, elevado à categoria de município com a denominação de Tenório, desmembrado de Juazeirinho. O primeiro prefeito foi o Sr. Januário Cordeiro de Azevedo, que fora reeleito para o segundo mandato. E hoje, o município perpassa pela quinta gestão administrativa, após se tornar município independente de Juazeirinho.

O referido município passou a ser constituído pela sede situada no antigo distrito de Tenório em 01-01-1997, assim, permanecendo em divisão territorial até os tempos atuais. O município de Tenório, assim denominado, traz consigo inúmeras interpretações referentes à sua origem que são contempladas por dois momentos históricos, um antes de 1930 e o outro após a década de 30, as quais ora se encaixam como que se completando, ora são contraditórias (IBGE, 2010).

2.4 Dinâmica Populacional

Com base nos Censos Demográficos realizados em 2000 e 2010 a população do município de Tenório nos respectivos censos era de 2.473 habitantes passando a contar em 2010 com 2.813 habitantes, dos quais 1.673 residem na zona urbana e 1.140 encontram-se na zona rural, sendo que 1.466 são do sexo masculino e 1.347 do sexo feminino. Entre a década citada à taxa média anual de crescimento foi de 1,30% segundo (PNUD, 2010).

Ocupando uma área de 105,27 km², a cidade de Tenório tem uma densidade demográfica de 26,75 hab./Km² e o gentílico é o *Tenorense* (IBGE, 2010). O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é de 0,581, segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano - PNUD (2010), é considerado baixo situado na faixa entre (0,5 e 599), demonstrando um reflexo de pobreza e a falta de desenvolvimento no município.

Quanto à faixa etária, a população encontra-se representada conforme o Censo de 2010 com a seguinte classificação: 261 habitantes encontram-se entre 5 a 9 anos, 317 entre 15 a 19 anos, 288 entre 20 a 24 anos, 253 entre 25 a 29 anos, 113 entre 30 a 34 anos, 152 entre 40 a 44 anos, 128 entre 50 a 54 anos, 94 entre 60 a 64 anos e 47 entre 70 a 74 anos. Diante dos números mais expressivos da faixa etária entre os habitantes percebe-se que a população do município é mais jovem do que a idosa. Quanto ao número de domicílios destacam-se três tipos no município: os domicílios recenseados, que totalizam 987, os domicílios particulares são 764 e os domicílios particulares não ocupados são 223 (IBGE, 2010).

2.5 Estrutura Econômica

A principal fonte econômica do município de Tenório encontra-se na base do sistema do setor primário e secundário. Tendo como destaque no setor primário a agricultura de subsistência e no secundário a mineração. Isto é, a agricultura de subsistência que é praticada pelos agricultores/produtores sob o sistema familiar; além de que, a extração e o beneficiamento do caulim são realizados respectivamente pelos garimpeiros e os prestadores de serviços formais e informais da própria região do Seridó. Segundo a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (2005):

O principal suporte da economia está concentrado no setor primário, cuja participação situa-se na faixa de 50,1 à 75%, seguindo-se o setor Terciário com 5,1 à 25% e o setor secundário com 0 à 5%. Na agricultura sobressaem-se as culturas de algodão, feijão, milho, mandioca, arroz e sisal. Na pecuária destacam-se as criações de bovinos, caprinos e ovinos, e, na avicultura a criação de galináceos com produção de ovos (CPRM, 2005, p.3).

Tenório encontra-se numa região com uma expressiva diversidade em riqueza mineral, a qual já é explorada. E possui uma economia baseada na Agricultura de subsistência, na fruticultura, destacando-se na produção do caju, castanha e na pecuária, podendo construir-se em uma forte geradora de emprego, se houvesse investimentos, tanto por parte do Governo Estadual e ou Federal.

Além disso, o município de Tenório, também destaca-se pelas atividades terciárias, mesmo que em menor proporcionalidade, se comparada à mineração como, por exemplo, pequenos comércios representados pelos mercadinhos, bodegas, padarias, frigoríficos, lojas de móveis eletrodomésticos, salões de cabeleireiros entre outros, que juntamente com a feira livre oferecem empregos formais e informais às pessoas que trabalha com esse ramo da economia contribuindo assim, para a movimentação do setor socioeconômico do município, mesmo que de forma discreta, se comparado a outros municípios da Paraíba.

2.6 Aspectos Educacionais e Saúde

A educação do município de Tenório dispõe de dez escolas municipais com Ensino Fundamental e uma estadual com o Ensino Médio. Sendo que dessas, três estão localizadas na zona urbana como a E.M.E.F. Emília Saturnino da Silva, E.M.E.F. João de Fontes Rangel e E.E.E.I.F.M. Maria Lídia Rangel, as demais escolas encontram-se na zona rural, mas apenas três estão ativas por causa do número insuficiente de alunos.

De acordo com a Secretaria Municipal de Educação (SME, 2014), o corpo docente das escolas é formado por 71 professores no Ensino Fundamental, 10 no Ensino Médio e 15 no Pré-Escolar. Ainda com base nos dados obtidos na referida Secretaria, o número de matrículas por Série é de 611 no Ensino Fundamental, 139 no Ensino Médio e 136 na Pré-Escola.

A educação do município conta também com o Programa de Educação para Jovens e Adultos, tanto no Ensino Fundamental II (5^a-6^o a 8^a-9^o Série/Ano), denominado de Educação para Jovens e Adultos (EJA), como no Ensino Médio (de 1^o ao 3^o ano) tem como objetivo reduzir o analfabetismo no município, além dos demais brasileiros, já que o referido programa é financiado e projetado pelo o Governo Federal em parceria com o municipal, elaborado por Nova Escola.

Sendo assim, os números anteriormente mencionados sobre o número de matrículas estão inclusos o número de matrículas do EJA. Desse modo, a quantidade de professores acima citada apenas dois docentes leciona tanto no Ensino Fundamental II e no Ensino Médio

do EJA (Programa de Educação para Jovens e Adultos) devido à necessidade desses profissionais em ambos os níveis de ensino.

Segundo a Secretaria de Municipal de Educação (2014), o poder municipal conseguiu por meio do Programa Caminho da Escola cinco ônibus escolares e trinta bicicletas aproximadamente para o transporte dos alunos que residem na zona rural, denominado Transporte Escolar Rural (TER). Conforme a referida Secretaria, recentemente, iniciou-se no município o SisMédio, ou seja, o Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio, que tem por objetivo promover a formação continuada dos professores de todas as disciplinas do Ensino Médio da rede estadual de ensino.

Já com relação à saúde, o município de Tenório disponibiliza de três estabelecimentos municipais de saúde, mas futuramente contará com um Centro de Especialidade Odontológico, que se encontra em construção na cidade, situados de forma estratégica para dar suporte às comunidades locais rurais. Na zona urbana no momento há apenas o Posto Médico e Ambulatorial - Manoel Batista de Moraes e os demais estão localizados na zona rural mais precisamente no Sítio Cachoeirinha e Sítio Serra da Gruta. Sendo a população rural mais assistida quantitativamente, mas com deficiências assistenciais.

Estes estabelecimentos contam com o atendimento médico em especialidades básicas como consulta médica, odontológico, primeiros socorros entre outros. A Secretaria de Saúde também fornece a população por meio dos Programas Agentes Comunitários de Saúde e do Programa de Controle da Febre Amarela e Dengue, o atendimento e orientações quanto aos cuidados com a dengue, o tratamento da água e outros cuidados com a saúde.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nos últimos anos o município de Tenório-PB vem passando por um processo de urbanização relevante aos olhos dos cidadãos e das novas gerações interessadas em conhecer o passado, as mudanças ocorridas ao longo do tempo e a realidade vivida pelos tenorenses que moram na cidade. Partindo desta perspectiva percebe-se que o município de Tenório começou a se desenvolver após sua emancipação política ocorrida no dia 29 de abril de 1994 (Figura 2).



Figura 2 - Vista aérea da cidade de Tenório/PB. Fonte - Prefeitura Municipal de Tenório (junho de 2010).

Dentre as mudanças que contribuem para o crescimento da expansão do perímetro urbano deste município consta-se como evidências as construções de novos empreendimentos urbanos por parte da Administração Pública Municipal em parceria com o Governo Federal e Estadual, tais como escola (1), unidade básica de saúde (2), centro de especialidade odontológica (3), academia de saúde (4), quadra escolar coberta (5), implantação do sistema de água encanada do açude e dos poços artesianos na zona urbana (6), pavimentação dos 10 km da rodovia 195 interligando a cidade aos demais centros urbanos circunvizinhos por meio da BR 230 (7) e os novos conjuntos habitacionais (8). Estes empreendimentos citados como principais demonstram e fomentam as evidências de uma rururbanização a partir do processo migratório – campo X cidade.

Além da ampliação ou o acréscimo de novas ruas com a construção de conjuntos habitacionais através do Programa do Governo Federal Minha Casa Minha Vida demonstram o crescimento do espaço urbano por meio das residências que foram e estão sendo construídas nos espaços destinados a expansão urbana ou em terrenos baldios, pertencentes a proprietários que esperam a valorização da terra para que possa vender com um preço mais elevado, buscando a justificativa que a cidade vem passando por um crescimento urbano já considerável com a ampliação de algumas ruas, tomando como base figurativa outros municípios do mesmo porte no Estado da Paraíba (Figura 3).



Figura 3 - Ampliação da Rua Antônio Tomaz em Tenório.
Fonte: Própria autora, 2014.

As habitações e as obras (a exemplo das construções dos conjuntos) que se encontra em andamento necessitam de uma infraestrutura mais adequada para prevenção dos impactos ambientais comuns entre as cidades brasileiras como, por exemplo: o desmatamento da vegetação da Caatinga característica do Seridó paraibano, vem contribuindo para o desaparecimento da flora e fauna, os esgotos escorrendo a céu aberto com acúmulo de resíduos sólidos que são levados até as nascentes dos rios ou reservatórios de corpos d'água como barragens, açudes, poços artesianos, que são carregados principalmente, no período chuvoso podendo causar a poluição das águas e possíveis doenças a própria população local.

Haja vista, que a cidade não possui rede de esgotamento sanitário operacionalizado nem pela CAGEPA (Companhia de Água e Esgoto do Estado da Paraíba) nem pelo Poder Municipal. Apesar, da coleta de lixo ser realizada nos cinco dias úteis da semana, é necessário à conscientização da população para os cuidados com este, em virtude da falta operacional do sistema de esgotamento o lixo se mistura ao mesmo, vindo acarretar um problema ambiental e de saúde pública (Figura 4).

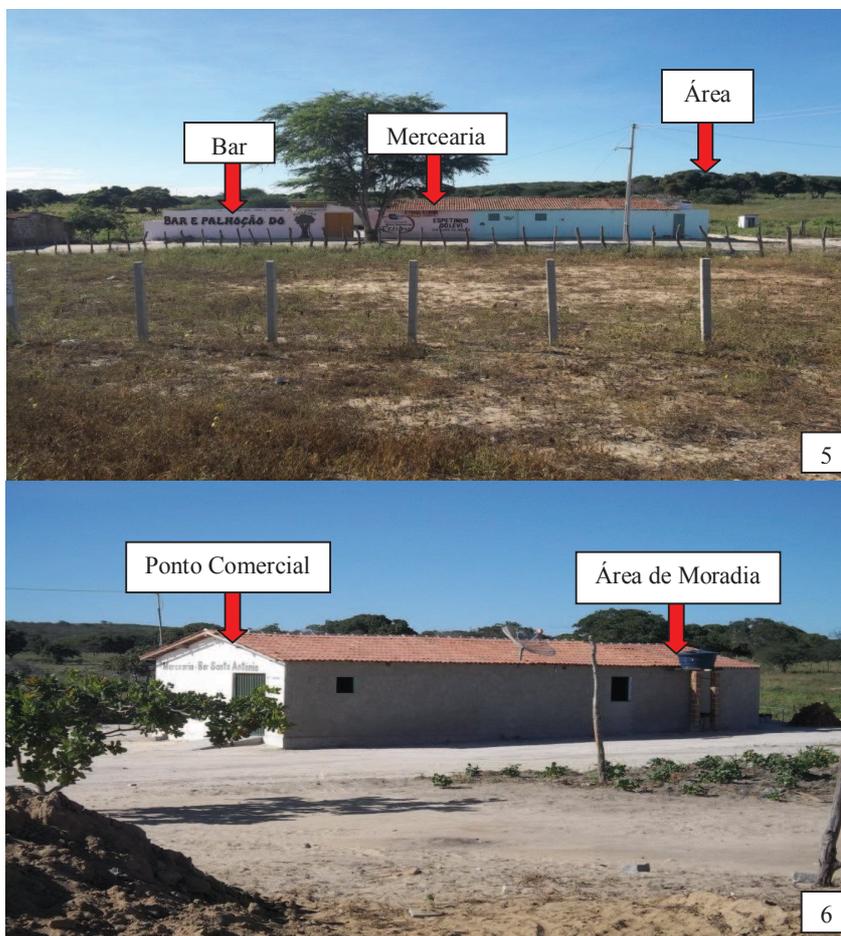


Figura 4 - Construção de conjuntos habitacionais sem infraestrutura adequada.
Fonte- Própria autora, 2014.

Comparado com outras cidades vizinhas ao município de Tenório que dispõe menos ainda dos novos empreendimentos públicos citados como prestação de atendimento médico e saúde, serviços e geração de trabalho para a população, Tenório vem demonstrando mesmo que de forma modesta um processo de rururbanização, ou seja, o homem campesino vem em busca da cidade atrás de melhores condições de vida, mesmo sem deixar suas raízes campesinas. Sendo assim, por não dispor de bens e serviços especializados como ensino superior, bancos, hospitais, indústrias, embora já disponha de avanços nos meios de comunicação, tecnológicos como antena de celular e aparelhos móveis, bem como Internet como meios de comunicação, além de transportes para que a população possa se deslocar do campo para a cidade ou para outros centros urbanos maiores a exemplo de Campina Grande, Santa Luzia e Juazeirinho em busca dos bens e serviços não oferecidos pela cidade.

A expansão urbana da cidade de Tenório pode ser percebida não apenas pela gradativa substituição do espaço rural pelo urbano, mas pelo transbordamento do modo de vida urbano para as áreas rurais que fazem parte do seu território. Esta forma de crescimento urbano é denominada como rururbano, no qual o espaço urbano se estende em direção ao rural através de um processo de uso e ocupação do solo por moradores que com o tempo vão fixando suas moradias nas áreas periféricas da cidade, onde os aspectos naturais mesmo de maneira simplória se manifesta e predomina por causa da presença de áreas agrícolas, porém mantém uma relação com a cidade por meio da economia, educação, saúde devido à proximidade com a zona urbana, já que a população necessita de bens e serviços não disponíveis nestes locais. As Figuras 5 e 6, respectivamente, mostra a formação do espaço rururbano com a presença de

estruturas urbanas para geração de renda nas mediações da PB 195 recentemente inaugurada, no dia 29 de abril de 2014, interligando-se a BR 230, próxima a área rural.



Figuras 5 e 6 - Residências com pontos comerciais como bar e mercearia num mesmo espaço. Fonte - Própria autora, 2014.

Sendo assim, os moradores para complementar a renda e melhorar as condições de vida montam em suas residências atividades comerciais além de trabalharem na agricultura. Este espaço origina da mescla do rural com o urbano, onde as características que diferem estes espaços se complementam pelo fato do espaço rururbano adquirir plurifuncionalidades, através das diferentes formas de utilização da valorização da ocupação do solo rural com fins urbanos, tais como: bares, mercearias, prática agrícola, pecuária, indústrias (caulim e extração de pedras), dentre outras alternativas de tornar o espaço rural-urbano em uma fonte de renda dos tenorenses.

Apesar, das atividades como a extração do caulim, o funcionalismo público, os pontos comerciais que empregam alguns trabalhadores, existem muitas famílias carentes, do ponto de vista econômico e social. A presente cidade tem potencial para se desenvolver principalmente

após a cidade ter saído do “isolamento” com a construção da PB 195 atualmente asfaltada. Por meio deste empreendimento, o fluxo de pessoas e transportes intensificou, mas é importante ressaltar que haja interesse do poder público local buscar investimento para a valorização da agricultura com a criação de cooperativas para o aproveitamento da fruticultura cultivada no município. Pode-se afirmar que Tenório apresenta potencialidades econômicas e sociais, porém nesse caso é fundamental que existam políticas sérias para desenvolvê-las, e assim, contribuir para a população viver numa comunidade digna e cidadã.

Para aprofundar esta argumentação sobre a rururbanização do município de Tenório a partir da migração rural-urbana, foi realizada uma pesquisa de campo com o intuito de coletar os dados de conhecimento empírico com os moradores que migraram do campo para a cidade, isto é, com a população proveniente do êxodo rural. Os dados foram levantados utilizando como instrumento de pesquisa às aplicações de questionário (Ver apêndice) com os migrantes da cidade de Tenório, somando um total de 50 questionários aplicados com o mesmo número correspondente de pessoas como de residências entre os meses de março e abril de 2014. Com base nos dados obtidos os migrantes apresentam as seguintes características:

Os dados da faixa etária da população migrante encontram-se exposto na Tabela 1, a qual demonstra que 28% dos migrantes rural-urbano têm entre 31 e 40 anos de idade; 18% encontram-se entre 21 e 30 anos; 16% situam-se entre 41 a 50 anos; 14% apresentam 51 a 60 anos; 12% estão representados por aqueles com idade entre 61 a 70 anos; os demais somando 6% estão entre 18 a 20 anos; ainda tem-se 4% com 71 a 80 anos; finalizando com o percentual de 2% entre 81 e 90 anos.

Tabela 1 - Faixa Etária dos Migrantes Rural-Urbano

Faixa Etária dos Migrantes	Número de Pessoas	Percentual (%)
18 – 20 anos	03	6%
21 – 30 anos	09	18%
31 – 40 anos	14	28%
41 – 50 anos	08	16%
51 – 60 anos	07	14%
61 – 70 anos	06	12%
71 – 80 anos	02	4%
81 – 90 anos	01	2%
Total	50	100%

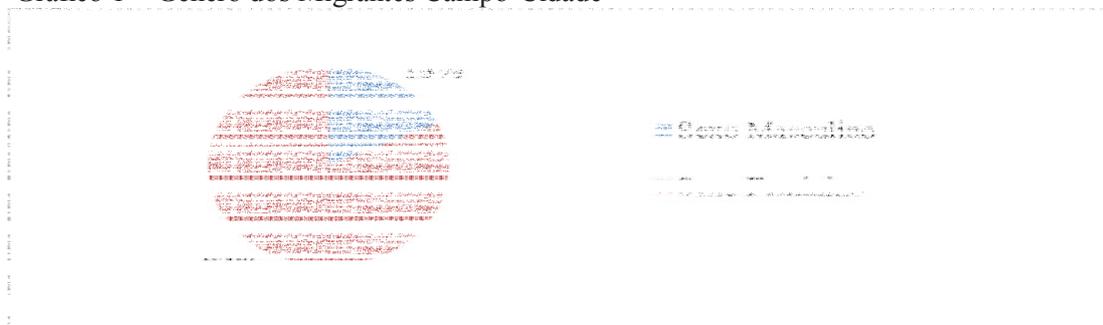
Fonte - Pesquisa direta, 2014.

Observando os percentuais expressos na Tabela 1 acima se percebe que 54% da faixa etária dos migrantes possui um perfil de uma população bem jovem, enquanto 18% dos imigrantes estão envelhecendo. A partir destas evidências é a população mais jovem que estão migrando do campo para a cidade. Desse modo, dentre os motivos que levam à população rural do município de Tenório, principalmente, as novas gerações a migrar para a zona urbana pode-se citar: a falta de emprego, o período de estiagem prolongado, a busca por melhores condições de vida como educação, saúde, atividade remunerada entre outros.

Diante disso, surge a preocupação com o deslocamento dos migrantes das comunidades rurais, visto que o êxodo rural pode comprometer o desenvolvimento da agricultura de subsistência familiar das pequenas propriedades, o esvaziamento do campo e a cidade não tem como absorver, assim como oferecer uma estrutura adequada para a população que se concentra cada vez mais na zona urbana. Portanto, analisando o Gráfico 1 identifica-se que a maioria desses migrantes são do sexo feminino. Este percentual pode ser explicado pelo fato das esposas do homem do campo após perderem seus parceiros preferem a zona urbana para morar, devido já estar com idade avançada e passarem a viver com os filhos, que não querem mais trabalhar na agricultura.

Estas mulheres não têm condições de continuar com o trabalho no campo sem a ajuda dos filhos ou de algum parente, já que as atividades campesianas são muito pesadas, além de ser agravada pela seca que assola a região. Em outras palavras como se verifica a expectativa de vida da mulher é maior do que a do homem (Gráfico 1). Ainda pode acrescentar que entre os entrevistados se encontram mulheres divorciadas e mães solteiras que com o término dos relacionamentos se deslocaram para cidade para escapar da violência doméstica e a procura de trabalho e melhores condições de vida para seus filhos.

Gráfico 1 – Gênero dos Migrantes Campo-Cidade

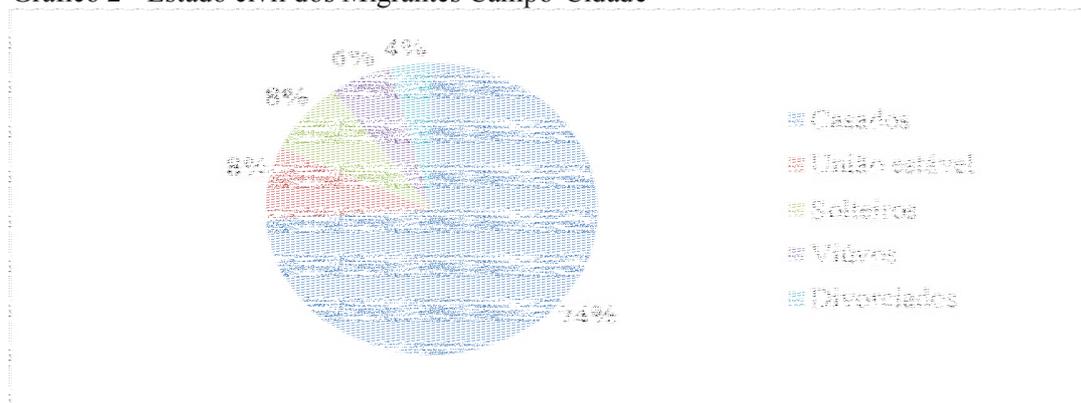


Fonte - Pesquisa direta, 2014.

Por outro lado, a maioria feminina em relação a masculina no total de entrevistados também tem como explicação o fato da pesquisa ter sido realizada no turno da manhã, no qual

o responsável pela família, os pais estavam trabalhando. O Gráfico 2, relata o estado civil dos atores pesquisados. Observando os dados do gráfico, 74% são casados; 8% mantêm uma relação estável ou são solteiros; e entre 6% e 4%, respectivamente, são os viúvos e/ou divorciados.

Gráfico 2 - Estado civil dos Migrantes Campo-Cidade



Fonte - Pesquisa direta, 2014.

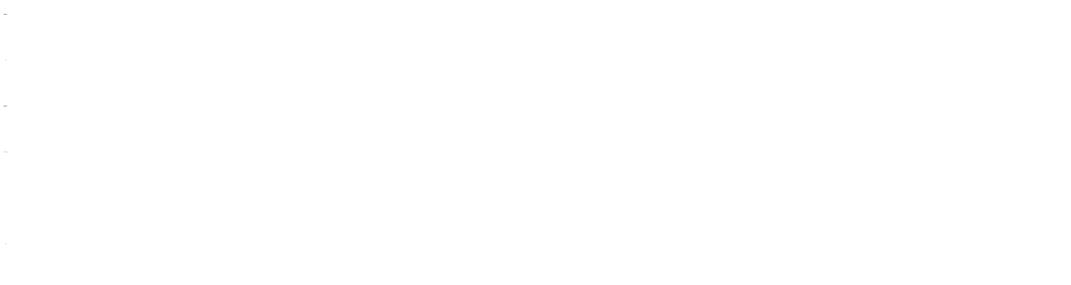
Conforme os valores do gráfico acima a maior parte dos atores que se enquadram na perspectiva do êxodo rural no município de Tenório são casados e uma minoria mantém uma relação estável. Isto se deve a formação de casais entre a zona urbana e rural que depois de firmarem um relacionamento comprometido tem preferência pela moradia na zona urbana. Embora o número de divorciados seja considerado baixo, mas revela que as famílias camponesas do município estão desestruturando. Quanto às pessoas que são viúvas e/ou viúvos com certa idade a permanência no campo é dificultada pelas complicações com doenças e solidão e os perigos com a violência no campo. Em relação aos solteiros estes são atraídos pelos bens e serviços (educação, comércio, lazer entre outros) oferecidos pelo o urbano.

Em sequência os Gráficos 3 e 4 representa a comparação dos dados civis de homens e mulheres migrantes do município de Tenório. Pela representação dos gráficos abaixo, observa que 30% das mulheres são casadas e 8% tem uma relação estável, enquanto 14% dos homens são casados e 2% mantém uma relação estável. Sendo que, por meio dos percentuais dos estados civis comparados constata-se entre os atores entrevistados que as mulheres solteiras, viúvas e divorciadas é superior aos homens sem nenhum representante segundo a pesquisa. A partir, desta análise as mulheres representam o maior número entre os migrantes que se deslocaram para a periferia da cidade.

Gráfico 3 - Estado Civil Homens



Gráfico 4 - Estado Civil Mulheres



Fonte - Pesquisa direta, 2014.

A Tabela 2, a seguir apresenta os dados obtidos sobre o nível de escolaridade dos 50 atores entrevistados. Pode-se dizer que, 4% são analfabetos; ocorrendo um empate entre os percentuais 8% e 6% nos seguintes níveis de escolaridade, respectivamente: entre o número de alfabetizados e com o Ensino Fundamental I completo; entre os que têm o Ensino Fundamental II completo e o Ensino Superior completo; ainda verifica-se que a maioria dos imigrantes os 20% tem o Ensino Fundamental I incompleto; além disso, 18% concluíram o Ensino Médio; 12% apresentam o Ensino Fundamental II incompleto, entretanto 16% não concluíram o Ensino Médio, bem como os 2% tem o Ensino Superior incompleto.

Tabela 2 - Nível de Escolaridade dos Campesinos que Vieram para a Cidade

Nível de Escolaridade	Percentual (%)
Analfabetos	4%
Alfabetizados	8%
Ensino Fundamental I incompleto	20%
Ensino Fundamental I completo	8%
Ensino Fundamental II incompleto	12%

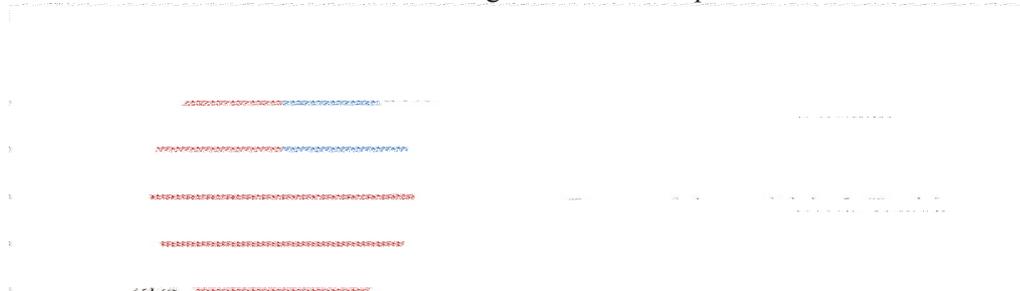
Ensino Fundamental II completo	6%
Ensino Médio incompleto	16%
Ensino Médio completo	18%
Ensino Superior incompleto	2%
Ensino Superior completo	6%
Total	100%

Fonte - Pesquisa direta, 2014.

Apesar da Secretaria de Educação do Município de Tenório oferecer por meio da modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA) o Ensino Fundamental II e o Ensino Médio para os alunos fora da faixa etária a oportunidade para a continuidade dos estudos. No entanto, pode se perceber que tem muitos migrantes sem concluir os níveis de ensino anteriormente citados. Constata-se pelos percentuais que existe um grande número de imigrantes com Ensino Fundamental I incompleto e um número menor de analfabeto por esta razão surge um alerta para os responsáveis pela Educação do município para a necessidade de se buscar programas como, por exemplo, a Alfabetização Solidária conhecida como ALFASOL, o Brasil Alfabetizado que visam a alfabetização e incentivar a população adulta a continuar estudando.

Foi observado que entre os migrantes entrevistados, os mesmos afirmam que há falta de uma perspectiva de vida demonstrada pelo desinteresse pela busca do saber, ou seja, não procuram ocupar o tempo ocioso com novos conhecimentos através da conclusão dos níveis básicos da educação, bem como são poucas pessoas que buscam um curso profissionalizante ou uma formação profissional entre os jovens e adultos da cidade. O Gráfico 5, em sequência representa a procedência das famílias migrantes que residem atualmente na cidade de Tenório.

Gráfico 5 - Procedência das Famílias Migrantes das Principais Comunidades Rurais



Fonte - Pesquisa direta, 2014.

Observando o gráfico verifica-se que a procedência destas famílias para a cidade ocorre na maior parte os mesmos das comunidades rurais ou sítios que compõe o município: Lagoa de Tenório, Ponta da Serra, Serrinha, em destaque para Cachoeirinha e Tenório de Baixo, com os maiores percentuais do processo migratório, o que representa 76%. A segunda demanda de migrantes, que corresponde 24%, declararam que migraram de outras comunidades rurais pertencentes a outros municípios que fazem divisa com Tenório, tais como: Calbeira, Caiana, Fuzil de Juazeirinho-PB e Carneira do Junco do Seridó-PB. A quantidade de pessoas investigadas declararam que migraram do campo com o destino a cidade fixando moradia acreditando que a expansão da zona urbana tem o êxodo rural como um dos fatores responsáveis pelo processo de rururbanização da cidade de Tenório.

As Tabelas 3 e 4 refletem o tempo de residência na zona urbana desses atores e o número de pessoas por família. Assim, na Tabela 3, observa-se que o tempo de residência de uma década é o mais comum entre os migrantes. Este período pode está relacionado à mudança de gestão municipal, que permanece no poder desde 2005 exercendo um trabalho, no qual as reformas, ampliações, construções e reconstruções de estabelecimentos públicos como o mercado público, o posto médico, escola são exemplos de obras realizadas que contribuem para o atendimento e prestação de serviços para as necessidades básicas da população local.

Tabela 3 - Tempo de Residência na Zona Urbana

Tempo de Residência em Anos	Percentual (%)
Entre quatro a seis meses	4%
Entre um a dez anos	78%
Entre dez a vinte anos	14%
Entre vinte a trinta anos	4%
Total	100%

Fonte - Pesquisa direta, 2014.

O período mais longo morando na zona urbana informado pelo segundo grupo de entrevistados foi de duas décadas, que também coincide com o tempo de Emancipação Política do Município. Durante esses anos a cidade passou por mudanças políticas, econômicas e sociais que de certa forma ajudou a melhorar as condições de vida dos habitantes da cidade. Embora os números recentes revelem uma redução da migração de pessoas igualando aqueles que têm mais tempo morando na cidade percebe que o êxodo rural ocorre só que em menor proporção se comparado com outros períodos mencionado

anteriormente. Complementando as informações da Tabela 3, a Tabela 4 mostra o número de imigrantes por famílias das 50 residências visitadas:

Tabela 4 - Número de pessoas por residências

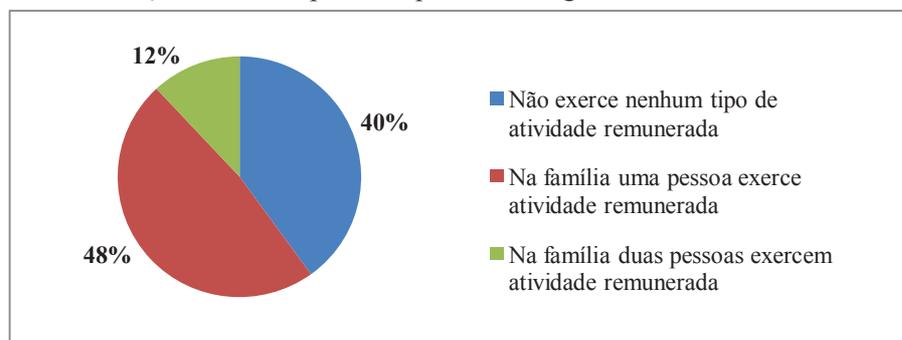
Nº de Pessoas	Nº de Residências	Percentual (%)
01	02	4%
02	11	22%
03	19	38%
04	09	18%
05	04	8%
06	03	6%
09	02	4%
Total	50	100%

Fonte - Pesquisa direta, 2014.

Realizando a leitura da Tabela acima, pode-se afirmar que 38% das residências as famílias são compostas por três membros; 22% são compostas por duas pessoas; 18% com quatro descendentes; 8% das famílias têm cinco pessoas; 6% possui seis integrantes; 4% os resultados equiparados os núcleos familiares formados por um indivíduo; e 4% por nove indivíduos. Através do número de residências nota-se que 78% da composição familiar é de duas a quatro pessoas. As famílias imigrantes de Tenório fundamentado nos dados da pesquisa têm em média 3,4 pessoas por núcleo. Nas residências pesquisadas foram encontradas além do casal e dos filhos, algumas famílias que constituíam por avós, netos, sobrinhos, em outras apenas as mães com os filhos e viúvas morando sozinhas.

Os Gráficos 6 e 7 apresentam a quantidade de pessoas por famílias migrantes entrevistados por residências que exercem algum tipo de atividade remunerada e o número de aposentados. Pela demonstração do Gráfico 4, 48% das residências tem uma pessoa na família exercendo uma atividade remunerada, enquanto 40% das residências não tem nenhuma; e 12% restantes das residências tem duas pessoas na família trabalhando com remuneração.

Gráfico 6 - Quantidade de pessoas que exerce alguma atividade remunerada

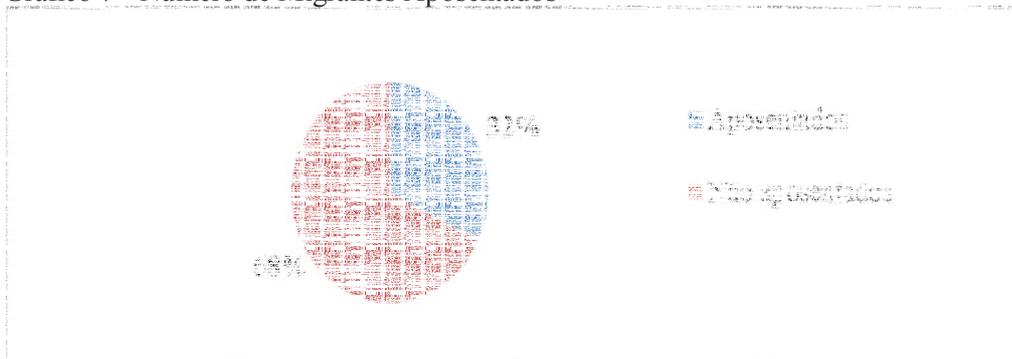


Fonte - Pesquisa direta, 2014.

A análise dos percentuais acima demonstra que nas residências o total de famílias com uma a duas pessoas com trabalho remunerado é superior aos que não tem nenhum tipo de trabalho. Em relação às pessoas sem um trabalho formal são aquelas que sobrevivem do benefício da aposentadoria dos pais ou dos avós, pensão, da bolsa família (Programa Federal) e da ajuda de familiares. Nas residências as principais atividades remuneradas exercidas pelos migrantes residentes na urbana do município foram as seguintes: professor, vendedor, vigilante, comerciante, pedreiro e agricultor.

Visualizando o Gráfico 7, com a quantidade de aposentados identifica-se claramente os valores representados, demonstrando que entre as famílias que migram tem mais pessoas não aposentadas do que aposentadas.

Gráfico 7 - Número de Migrantes Aposentados



Fonte - Pesquisa direta, 2014.

Do percentual de 100% dos entrevistados que migrou para a cidade, 32% afirmaram que tem um a dois familiares recebendo o benefício da aposentadoria. Deste total, 18% declararam que tem uma pessoa aposentada na família; e 14% afirmou que tem duas pessoas aposentadas no núcleo familiar (Tabela 5).

Tabela 5 - Número de Pessoas Aposentadas na Família

Nº de pessoas aposentadas	Percentual (%)
Esposo ou esposa aposentada	18%
Esposo e esposa aposentados	14%
Total	32%

Fonte - Pesquisa direta, 2014.

Nas residências visitadas com apenas uma pessoa aposentada na família havia a esposa ou o esposo, em outras apenas viúvas aposentadas, enquanto as residências com duas pessoas recebendo o benefício da aposentadoria tinham o esposo e a esposa. A Tabela 06 corresponde à renda das famílias imigrantes de Tenório. Através da leitura dos dados da

tabela 12% das famílias vivem com uma renda mínima de R\$ 300 reais, os outros 40% tem uma renda entre meio a um salário mínimo, 10% vivem com uma renda entre R\$ 800 reais a mil reais, 24% das famílias contam com uma renda entre dois salários mínimos a dois mil reais. Quanto aos 14% das famílias não declararam a renda familiar.

Tabela 6 - Renda das Famílias Migrantes

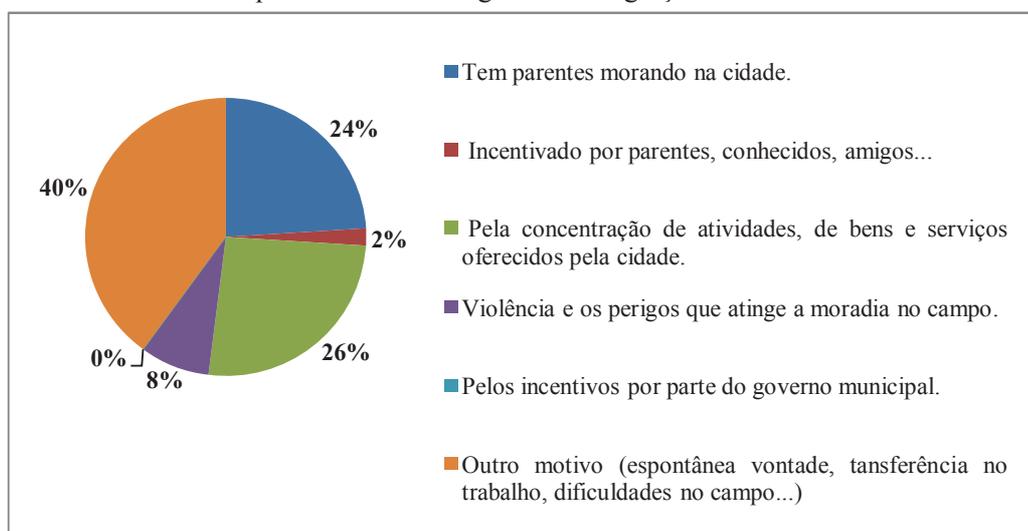
Renda	Percentual %
Renda mínima de 300 reais	12%
Entre meio a um salário mínimo	40%
Entre 800 reais a mil reais	10%
Entre dois salários mínimos a dois mil reais	24%
Renda não declarada	14%
Total	100%

Fonte - Pesquisa direta, 2014.

Diante da renda familiar declarada pelos migrantes pode-se constatar que 34% das famílias tem uma renda considerável para manutenção das necessidades básicas, no entanto 52% das famílias sobrevivem com uma renda que varia entre menos da metade do salário mínimo atual (R\$724,00) e da metade do salário a um salário. As residências com baixa renda como é o caso das famílias que contam com menos da metade do salário para viver afirmaram que recebem ajuda do Programa Bolsa Família do Governo Federal e de familiares. Este benefício é garantido às famílias na qual a renda é insuficiente para o número de pessoas por residência se manterem.

O Gráfico 8, refere-se aos motivos que levaram as pessoas decidirem sair do campo para a zona urbana fixando residência. Pela análise do gráfico, 26% dos entrevistados disseram que os motivos que levaram os mesmos a deixar o campo em decorrência da concentração de atividades, bens e serviços serem oferecidos pela cidade; 24% afirmam que têm parentes morando na cidade; outros 8% disseram que decidiram morar na zona urbana por causa da violência e os perigos que atinge a moradia no campo; 2% foram incentivados por parentes, conhecidos, amigos; nenhum entrevistado mencionou os incentivos do Governo Municipal pela mudança para cidade.

Gráfico 8 - Motivos que Levaram os Migrantes a Migração Rural-Urbana



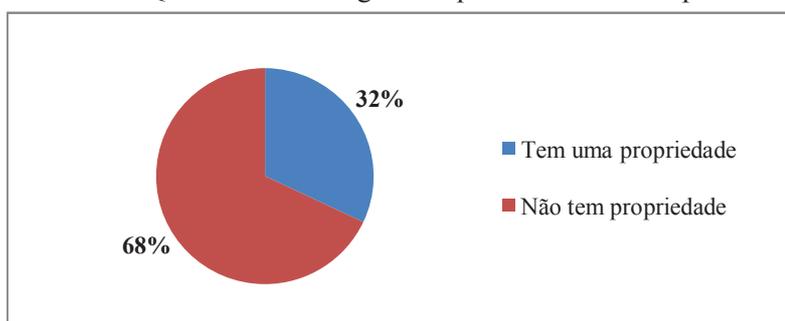
Fonte - Pesquisa direta, 2014.

Além destes motivos representado no gráfico acima os migrantes citaram outras razões que influenciaram na saída do campo para a cidade, a saber: 18% mencionaram que a fixação de residência na zona urbana foi por livre e espontânea vontade; 8% dos resultados equiparados informaram a transferência no trabalho e o casamento como razão, assim como, 2% dos valores equilibrados revelou a violência doméstica, dificuldades para permanecer no campo e a união estável como a motivação para a residência na cidade.

Pela representação dos dados observa-se que foram diversos os motivos que levaram estes a se deslocar da zona rural para zona urbana. Pelos maiores percentuais das motivações para a migração dos migrantes percebe que os mesmos fixaram residências na zona urbana atraídos pela disponibilização e facilidades proporcionadas pelas atividades urbanas como outras oportunidades de trabalho além da agricultura, segurança, educação, atendimento médico, a compra e venda de mercadorias, a prestação de serviços de agências bancárias que agiliza pagamento de contas dentre outros.

Por outro lado, os menores resultados apresentam motivos específicos citados pelos entrevistados que influenciaram no deslocamento do campo para a cidade, tais como: a transferência no trabalho, o casamento, a violência doméstica e a união estável. Por meio dos Gráficos 9 e 10, estes informaram a quantidade de pessoas que possuem uma propriedade em Tenório e o como esta propriedade foi adquirida pelos mesmos. Pela representação dos dados do Gráfico 9, a maioria destes não possui propriedades ou tiveram que se desfazer da terra para migrar para cidade com a família.

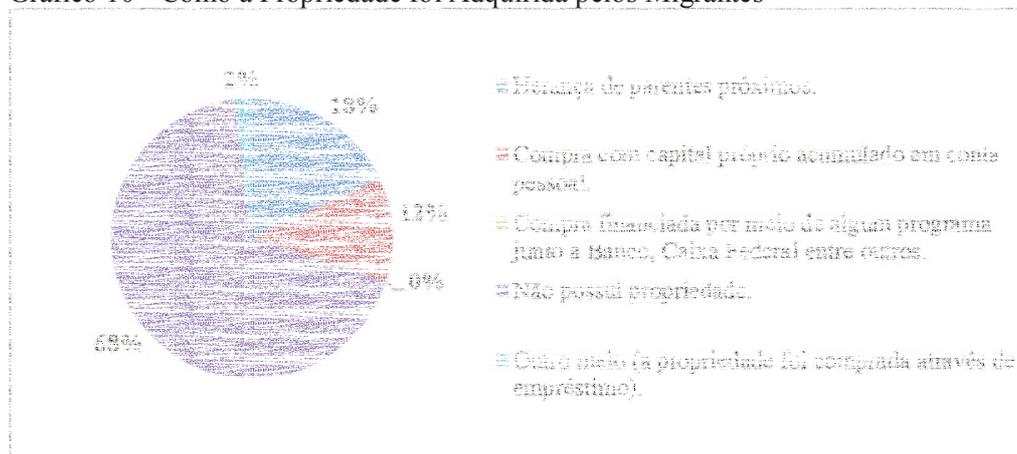
Gráfico 9 - Quantidade de Migrantes que Possui uma Propriedade



Fonte - Pesquisa direta, 2014.

Observando o gráfico acima, percebe que apenas 32% dos migrantes residentes na zona urbana ainda mantém uma relação com o campo por meio da terra, isto é, do cultivo da propriedade herdada ou a aquisição da terra como forma de investimento. Complementando as informações do gráfico anterior, o Gráfico 09, mostra que 18% herdaram a propriedade de parentes próximos; 12% compraram a propriedade com capital próprio acumulado em conta pessoal; e 2% adquiriram através de empréstimo bancário. Nenhum entrevistado citou que a compra da propriedade foi financiada por meio de algum Programa junto ao Banco do Nordeste, Caixa Econômica Federal, bancos estes que destinam os maiores benefícios para empréstimos agrícolas.

Gráfico 10 - Como a Propriedade foi Adquirida pelos Migrantes



Fonte - Pesquisa direta, 2014.

A forma de aquisição da propriedade pela maior parte dos migrantes foi a herança deixada por parentes, enquanto a segunda parte destes conseguiram adquirir a propriedade a partir da compra com recursos próprios e empréstimo particular ou bancário. Em relação aos investimentos aplicados na propriedade adquirida pelos 32% dos imigrantes 28% mencionaram que para manter a terra produtiva cultivam feijão, milho, mandioca, algodão,

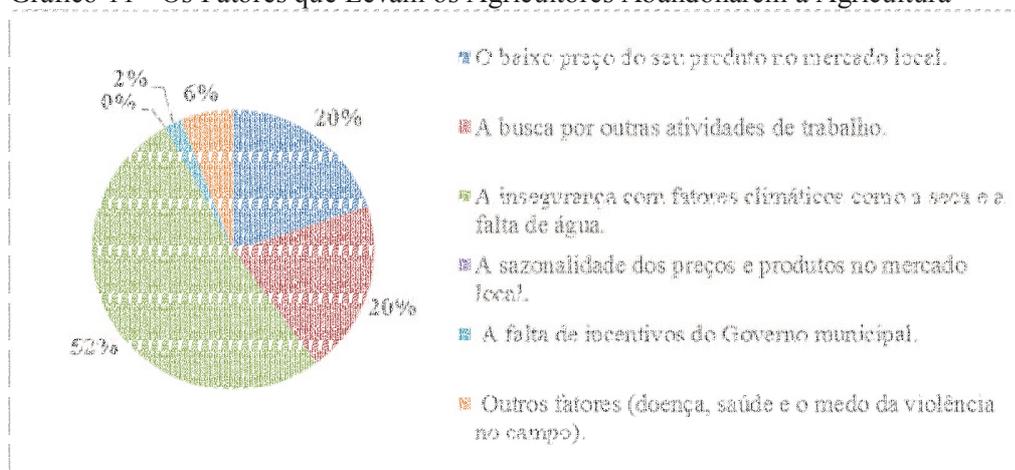
palma e se beneficiam da fruticultura como caju, castanha, goiaba, manga, fruta do conde mais conhecida como pinha entre outras, os 4% dos imigrantes responderam que a terra no momento encontrava-se improdutiva, ou seja, sem plantio. Dentre as principais dificuldades enfrentadas por estes atores sociais quanto à administração de sua propriedade citadas pelos mesmos são as seguintes:

- Falta de recursos para manter as despesas e o funcionamento da propriedade;
- A falta de máquinas para arar a terra para o cultivo;
- A disponibilização de sementes, adubos, veneno, entre outros;
- As dificuldades no controle das pragas como, por exemplo, formiga, lagarta etc.;
- Irregularidades das chuvas para o início e continuação do desenvolvimento da plantação;
- Ausência de pessoas na família para administrar a terra;
- O oferecimento de incentivo ou recurso do governo para adquirir equipamento para irrigação.

Os Gráficos 11 e 12, em sequência tratam-se dos fatores que levam os agricultores a abandonar a atividade agrícola e os motivos que influenciam os mesmos a deixar o campo para se deslocar para a cidade na opinião dos imigrantes.

Explorando o Gráfico 11, 52% declararam a insegurança com fatores climáticos como a seca e a falta de água como responsáveis pelo agricultor abandonar a agricultura; 20% informaram o baixo preço do seu produto no mercado local que desmotiva o agricultor a praticar a agricultura; 20% afirmam que a busca por outras atividades de trabalho levam os agricultores a deixar a agricultura; e apenas 2% citam a falta de incentivo do Governo Municipal pelo abandono da agricultura, devido a falta de investimentos em sementes, equipamentos e métodos para enfrentar os grandes períodos de estiagens sem deixar o campo. Nenhum entrevistado citou a sazonalidade dos preços e produtos no mercado local. No entanto, 6% citaram outros fatores, tais como: as doenças, a saúde e o medo da violência no campo pelo desinteresse com a agricultura.

Gráfico 11 - Os Fatores que Levam os Agricultores Abandonarem a Agricultura



Fonte - Pesquisa direta, 2014.

Segundo a representação gráfica acima mencionada, na opinião da maioria dos entrevistados são as irregularidades das chuvas e o período de estiagem prolongado que desanima o agricultor a permanecer desenvolvendo agricultura no campo, visto que é nestas situações críticas que o pequeno agricultor tem mais despesas devido à safra perdida, alimentação dos animais, a manutenção da família fica mais difícil quando água dos reservatórios mais próximos começam a secar e a solução para escapar dessas adversidades pelo agricultor é o deslocamento do campo para cidade com a família a procura de melhores condições de vida.

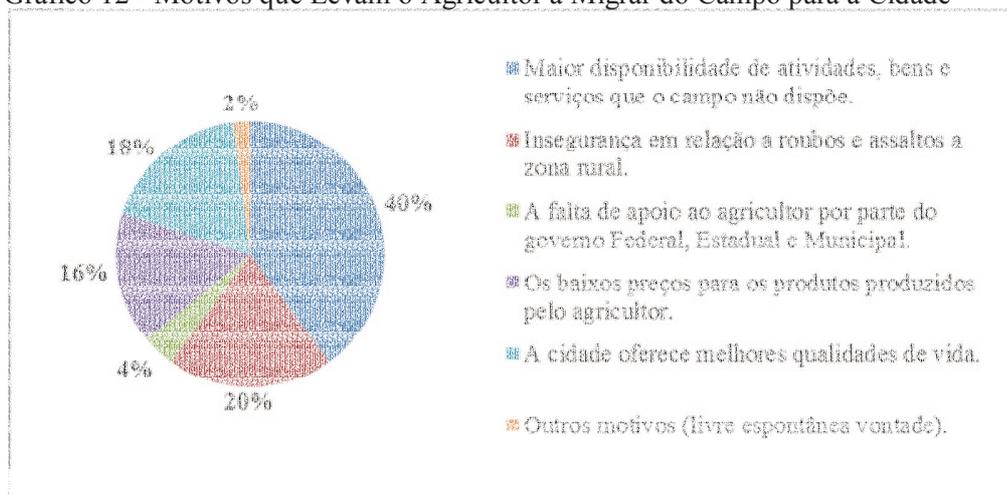
Na opinião de 2%, o Governo Municipal deveria planejar melhor os cortes de terra para o atendimento de todos os agricultores do município, bem como procurar meios para ajuda-los a enfrentar as dificuldades para assegurar a permanência destes no campo. Além disso, uma minoria dos migrantes revelou que o agricultor deixa de trabalhar na agricultura por motivo de doença ou deixa o campo por medo de atos violentos as pequenas comunidades rurais.

Entretanto, outro motivo que contribui para o agricultor perder o interesse em continuar desempenhando a atividade agrícola é a aposentadoria, visto que quando os produtores rurais se aposentam muitos já não tem a mesma disposição devido a idade por isso este benefício pode ser considerado para os agricultores uma forma de conseguir um reconhecimento ou um descanso após um longo período trabalhando com a agricultura.

O Gráfico 12, expressa que 40% acreditam que a maior disponibilidade de atividades, bens e serviços motivam o agricultor a migrar do campo para a cidade; 20% revelaram à insegurança em relação a roubos e assaltos a zona rural como motivação para migração rural-

urbana; 18% destacaram a cidade por oferecer melhores qualidades de vida para os imigrantes; 16% da preferência os baixos preços para os produtos produzidos pelo agricultor é uma das razões do êxodo rural; 4% disseram que a falta de apoio ao agricultor por parte do governo Federal, Estadual e Municipal desmotivam o agricultor a continuar no campo; e 2% citou a livre espontaneidade, ou seja, a vontade de sair do campo para a cidade.

Gráfico 12 - Motivos que Levam o Agricultor a Migrar do Campo para a Cidade



Fonte - Pesquisa direta, 2014.

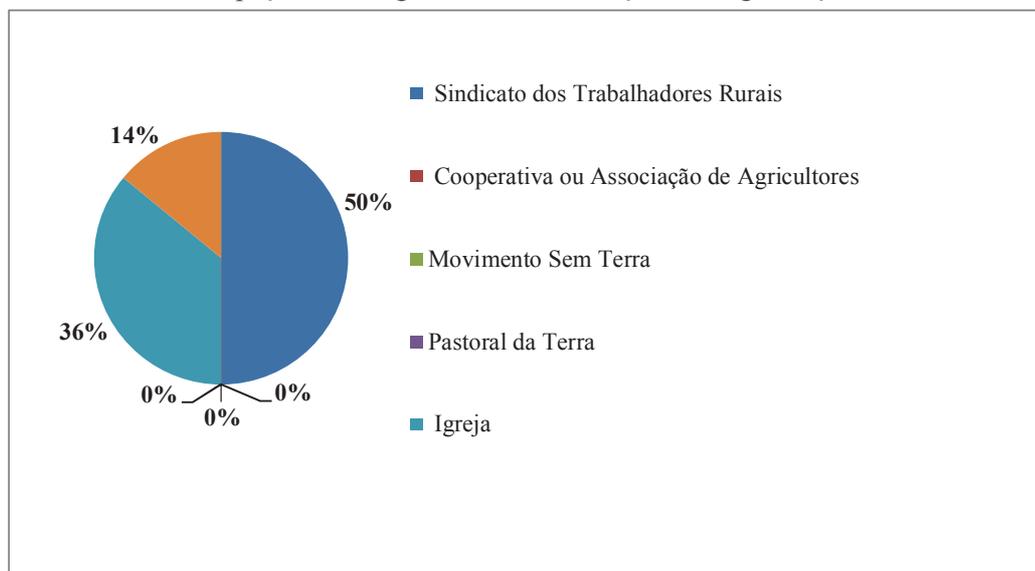
Pela observação do gráfico acima, percebe-se que o verdadeiro motivo que levaram a maioria dos migrantes a sair do campo comparando com a opinião dos mesmos sobre as razões que influenciam o agricultor também a migrar é igual segundo o maior percentual obtido, que foi de 40%, os quais relatam que os principais motivos são as atividades urbanas que oferecem melhores condições sociais e serviços que o campo não oferece estão entre as causas que mais motivam as pessoas a saírem do campo visando um modo de vida que proporcione o bem estar da família.

A partir desta análise, os resultados demonstram que do ponto de vista dos migrantes os agricultores principalmente do município precisa de mais apoio para manter a produção agrícola ativa através de sua permanência no meio rural. Segundo uma minoria de migrantes mencionou que além da livre escolha do agricultor em se deslocar para a cidade, outro motivo que influencia o agricultor deixar o campo é a aposentadoria tendo em vista que este benefício é concedido às pessoas com certa idade que comprovam o exercício das atividades campesinas.

Perguntados sobre a participação em alguma cooperativa, associação de agricultores ou organização social existente na comunidade, o Gráfico 12 mostra que, 50% dos migrantes fazem parte do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Tenório; 36%

frequentam as igrejas; 2% já participaram da Associação dos Agricultores do município; 4% dos informantes não são participantes das associações encontradas na cidade, mas assistem as reuniões oferecidas pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão do Governo da Paraíba (EMATER); e os 8% restantes não participam de nenhum tipo de associação ou cooperativa.

Gráfico 13 - Participação dos Migrantes em Associação ou Organização Social



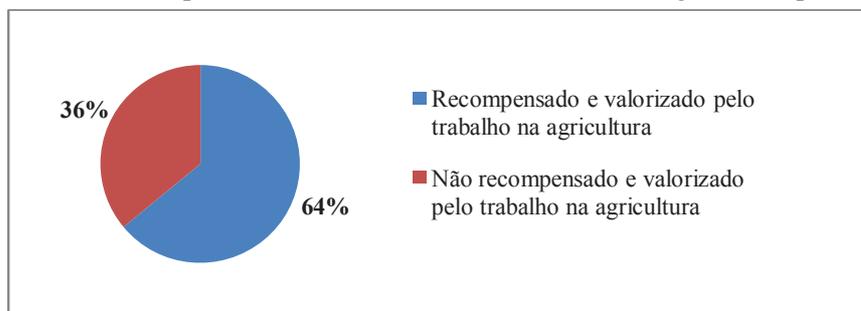
Fonte - Pesquisa direta, 2014.

Através dos dados do gráfico acima, observa-se que a metade dos migrantes são filiados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, já que estes mesmo morando na zona urbana declararam-se agricultores e esta associação facilita aos trabalhadores rurais a conseguir a aposentadoria, auxílio doenças entre outros benefícios.

A segunda maior participação em organização é dos imigrantes que independente de serem Católicos Apostólicos Romanos ou Evangélicos vai à igreja com frequência. Apenas, 14% afirmaram que no momento não pertencem a nenhuma organização social; 4% destes revelaram que procuram sempre estar informado sobre as novidades em relação às técnicas agrícolas para os agricultores a partir dos encontros realizados pela Secretaria de Agricultura e pela EMATER do município.

O Gráfico 13 representa o número de migrantes que se consideram recompensado e valorizado pelo seu trabalho na agricultura. Conforme o gráfico representado, 64% destes atores, que mesmo morando na zona urbana do município consideram-se agricultores, declarando que o trabalho na agricultura é recompensado e valorizado porque dependendo do período chuvoso o lucro com o plantio de feijão e milho, por exemplo, garante ou ajuda no sustento da família.

Gráfico 14 - Compensação e Valorização do Trabalho na Agricultura pelos Migrantes



Fonte - Pesquisa direta, 2014.

No entanto, os 36% restantes disseram que o trabalho na agricultura não compensa, assim como não tem reconhecimento porque quando o lucro com a colheita é bom os preços baixam deixando o agricultor sem uma recompensa pelo árduo trabalho, isto é, ocorre a lei da oferta e da procura. Sendo assim, a solução para o pequeno agricultor é esperar pela dinâmica do mercado para obter o sucesso desejado com a produção.

Questionados sobre as expectativas em relação ao futuro do agricultor de acordo com os estes atores a tendência da profissão nos prósperos anos é uma redução do número de trabalhadores na atividade agrícola devido a nova geração preferirem outras escolhas profissionais ao invés de continuar desempenhando a agricultura como os seus avós, pais, fizeram. Em outras palavras, o jovem com um grau de escolaridade avançado prefere migrar do campo para cidade ou para outros centros urbanos em busca de uma atividade remunerada com intuito de alcançar melhores qualidades de vida no local de destino e para a família que ficou no lugar de origem.

Ainda para os moradores só os agricultores mais “velhos”, isto é, com anos trabalhando na agricultura permanecerão mesmo diante das dificuldades enfrentadas com despesas continuarão desenvolvendo a agricultura familiar de subsistência. Na visão dos agricultores que migraram as expectativas quanto ao futuro da agricultura é muito duvidoso e incerto. Existem aqueles que acreditam que a agricultura vai se extinguir pelo fato dos jovens veem está atividade de trabalho como um serviço pesado e cansativo sem valorização. Além disso, os pequenos agricultores em especial da região nordeste tem que enfrentar as irregularidades das chuvas, as dificuldades para conseguir investimentos para custear as despesas e aumentar a produção.

Por outro lado, aos que consideram a atividade agrícola a base do desenvolvimento de qualquer sociedade, por está razão defendem que a mesma continuará sendo desenvolvida porque ao longo do tempo foi sendo aperfeiçoadas pela evolução das técnicas que penetram

no campo por meio de novas formas de cultivo ou plantio, sementes selecionadas resistentes, agrotóxicos, máquinas, equipamentos entre outros que promovem uma enorme produtividade em grande escala.

Mas, deve-se lembrar de que, está agricultura voltada para os grandes mercados cresce ganhando espaço, enquanto a agricultura praticada nos “moldes antigos” nas pequenas propriedades familiares não tem o reconhecimento merecido, já que os alimentos produzidos por pequenos produtores são praticamente cultivados sem o auxílio de produtos químicos essenciais para uma alimentação saudável. Sendo assim, a tendência é os pequenos produtores dependerem cada vez mais dos incentivos do governo ou pequenos produtores serem obrigados a desistirem de suas propriedades através do arrendamento, meeiro ou venda.

Neste sentido, o governo em parceria com suas três instâncias federais, estaduais e municipais oferecem programas destinados aos produtores rurais como, por exemplo, o Garantia Safra, Operação PIPA, Luz para todos entre outros que tem como finalidade garantir a permanência do agricultor no campo durante situações críticas como é caso do período de estiagem que atingem a região Nordeste entre outras regiões do país. Diante disto, os imigrantes foram questionados sobre o que o governo deveria fazer para o agricultor continuar desenvolvendo a agricultura no meio rural. Dentre as respostas dos moradores as sugestões para ações do governo pode-se destacar:

- Deveria promover parceria com entidades que favoreçam os pequenos agricultores com sementes selecionadas, adubos, fertilizantes, venenos para o controle de pragas que atingem as plantações;
- Oferecer empréstimos com juros baixos para facilitar os produtores rurais o acesso ao capital necessário para investir na produção de sua pequena, média e grande propriedade;
- Investir em programas de obras para construção de reservatórios como barragens e cisternas para armazenar a água da chuva nas comunidades rurais;
- Disponibilizar para os municípios mais máquinas como tratores para aragem da terra;
- Implantar programas de incentivo ou recurso para aquisição do sistema de irrigação;
- Realizar conferências, palestras e feiras com esclarecimento sobre as novas técnicas de produção e manejo do solo para os agricultores dos municípios;
- Incentivar os municípios a criar cooperativas para a valorização dos produtos produzidos pelos agricultores locais;

Diante destas ações apresentadas observa-se que na opinião dos informantes que os Governos Federal, Estadual e Municipal cooperando um com outro precisam oferecer aos

produtores rurais os meios e ferramentas para aperfeiçoamento da agricultura produzida nas pequenas e grandes propriedades para adquirir a valorização no mercado local através de preços que possam receber o retorno financeiro pelo seu trabalho com a produção, caso contrário à agricultura dependerá cada vez mais dos subsídios do governo ou as pequenas propriedades correm o risco de desaparecer.

Para finalizar, os moradores foram convidados a opinar sobre o que deveria ser feito no Município de Tenório para o agricultor continuar ou permanecer no campo. Para os cidadãos tenorenses o Governo Municipal através da Secretaria de Agricultura deveria buscar juntamente com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão do Governo da Paraíba (EMATER) incentivos na área da agricultura para os agricultores por meio de palestras, encontros ou reuniões, para divulgar para população rural as novidades ou informações claras de técnicas inovadoras da agricultura nos dias atuais.

Segundo a população a Administração Pública Municipal deveria investir na criação de cooperativas ou associação para o beneficiamento das frutas existentes no município transformando-as em polpas, compotas e doces para a comercialização gerando assim, renda para o agricultor no campo. Por fim, ainda os cidadãos mencionaram dentre outras medidas mais importantes para administração pública seria investir em segurança com rondas policiais para o bem estar das famílias nas comunidades rurais do município.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no estudo exposto sobre o Perfil do Migrante Rural na Periferia da Cidade de Tenório-PB, este relata o modo de migração rural-urbano, denominado de êxodo rural, além da comuna e da urbanização como processos que têm uma correlação entre si, pelo fato de terem em comum os agentes sociais como fator responsável por suas dinâmicas. Em outras palavras, este estudo considera a migração não apenas como deslocamento de um indivíduo para outro, mas como um movimento do grupo social, bem como as novas abordagens que enfocam o novo rural brasileiro, principalmente o do município de Tenório.

O trabalho em questão buscou diagnosticar os fatores responsáveis pela rururbanização do município a partir da migração rural-urbana. De acordo com as informações levantadas com os cinquenta entrevistados e os dados obtidos com os Censos Demográficos do IBGE mostram que houve um aumento da população comprovando a ocorrência da migração rural-urbana, ou seja, o êxodo rural, dos migrantes que migraram do campo para a cidade.

Dentre as principais causas da migração rural-urbana citadas pelos entrevistados destacam-se: a concentração de atividades, bens e serviços oferecidos pela cidade; a residência de parentes na zona urbana, a livre espontânea vontade de migrar para a cidade, a insegurança em relação a roubos e assaltos a zona rural, os baixos preços para os produtos produzidos pelo agricultor, a cidade oferece melhores qualidades de vida dentre outros.

Estes indícios levantados sobre a migração dos migrantes para periferia da cidade evidenciam que está ocorrendo uma rururbanização com o avanço do espaço e do modo de vida urbano para as áreas rurais do município por meio da ocupação do solo com o enriquecimento de estruturas urbanas por parte do poder público e da concentração populacional na cidade. Para esta crescente expansão urbana da cidade vale chamar atenção do Governo Municipal para o planejamento urbano, a fim de evitar as ocupações em locais impróprios e um crescimento desordenado e desestruturado sem infraestrutura adequada para acolher a população que vem migrando do campo para a cidade nas últimas décadas.

Baseado nos dados da pesquisa realizada percebe-se que o município de Tenório enfrenta problemas quanto à disponibilização de bens e serviços para atender as necessidades da população, tais como: hospital, banco, ensino superior, lojas comerciais de roupas e tecidos, rede de esgoto, saneamento básico, indústrias, que proporcione a geração de renda e o bem estar da população, principalmente a rural.

REFERÊNCIAS

AESA. *Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba*. Governo do Estado da Paraíba. João Pessoa-PB: AESA, 2006. 89p.

ANDRADE, J. C. A Problemática da Escassez e Abastecimento de Água na Ambiência Urbana do Município de Assunção – Paraíba. *Monografia de Graduação*. Curso de Licenciatura Plena em Geografia. Universidade Estadual da Paraíba. Campina Grande-PB: UEPB, 2012. 54p.

BERNARDELLI, M. L. F. H. Contribuição ao Debate sobre o Urbano e o Rural. In: *Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e o rural*. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006. 248p.

BRAGA, F. G. *Migração Interna e Urbanização no Brasil no Brasil Contemporâneo: Um estudo da Rede de Localidades Centrais do Brasil*. 2006. Acesso: 18.01.2013. Disponível: http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_573.pdf

CORRÊA, R. L. *O espaço urbano*. 2 ed. São Paulo: Ática, 1993.94p.

_____. *A rede urbana*. 2 ed. São Paulo: Ática, 1994.96p.

CPRM. Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais. Serviço Geológico do Brasil. Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea. *Diagnóstico do Município de Assunção - Estado da Paraíba*. Recife-PE: CPRM/PRODEEM, 2005. 19p.

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias. Centro Nacional de Pesquisa de Solos. *Sistema Brasileiro de Classificação de Solos*. 2 ed. Brasília-DF: Embrapa Produção de Informação. Rio de Janeiro-RJ: Embrapa Solos, 2006. 412p.

ENDLICH, Â. M. Perspectivas sobre o urbano e o rural. In: *Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e o rural*. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.248p.

EVANGELISTA, F. R.; CARVAHLO, J. M. M. *Algumas considerações sobre o êxodo rural no Nordeste*. 2001. Acesso: 14/10/2013. Disponível: http://www.banconordeste.gov.br/content/Aplicacao/ETENE/Rede_Irrigacao/Docs/Algumas%20Consideracoes%20sobre%20o%20Exodo%20Rural%20no%20Nordeste.PDF

GONÇALVES, A. J. *Migrações Internas: evoluções e desafios*. 2001. Acesso: 18/01/2013. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a14.pdf>

GRAZIANO DA SILVA, José. O Novo Rural Brasileiro. Belo Horizonte: Revista Nova Economia, 1997. Acesso: 15/10/2013. http://www.geografia.ffe.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/Pdf/O_novo_rural_brasileiro.pdf

IBGE. Anuário Estatístico do Brasil 1998. Rio de Janeiro: IBGE, 1999.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. IBGE mostra a nova dinâmica da rede urbana brasileira. IBGE, 2008. Acesso: 05/05/2011. Disponível: <http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&busca=1&idnoticia=1246>.

- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. *Malha Digital dos Municípios do Brasil*. Rio de Janeiro-RJ: IBGE, 2010. Acesso: 08/10/2012. Disponível: www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. Rede urbana. IBGE, 2007. Acesso: 26/12/2013. Disponível: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv47603_cap6_pt1.pdf.
- MARINUCCI, R; MILESI, R. *O Fenômeno Migratório no Brasil*. 2002. Acesso: 05/10/2013. Disponível: www.migrante.org.br/ofenomenomigratorioparaobrasil.doc
- MARQUES, M. I. M. *O Conceito de Espaço Rural em Questão*. São Paulo: Terra Livre, 2002. 95-112p. Acesso: 21/12/2011. Disponível: http://www.cesnors.ufsm.br/professores/oscar/textos-didaticos/textos-de-extensao-e-comunicacao-rural/copy_of_conceito%20de%20espaco%20rural.pdf
- MASCARENHAS, J. C. (Org.) et al. *Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento Por Água Subterrânea. Diagnóstico do Município de Tenório*. Recife: CPRM/PRODEEM. 2005. 19p.
- MELO, A. T. A Paraíba: uma geografia diversificada. In: *Paraíba: desenvolvimento econômico e a questão ambiental*. João Pessoa-PB: Grafset, 2003. 160p.
- PATARRA, N. L.; CUNHA, J. M. P. *Migração: um tema complexo*. 1987. Acesso: 09/11/2013. Disponível: http://www.seade.gov.br/produtos/spp/v01n02/v01n02_04.pdf,
- SINGER. P. *Economia Política da Urbanização*. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1980. 154p.
- PEREIRA, A. G.; FILHO, F. D. A. T. *O Fenômeno Migratório Brasileiro no Contexto Capitalista*. 2012. Acesso: 30/01/2013. Disponível: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/download/6283/4793%E2%80%8E>
- PIEPER, C. I.; VIEIRA, S. G. *Rururbano: Análise da dimensão espacial entre o urbano e o rural*. 2011. Acesso: 21/12/2011. Disponível: www.ufpel.edu.br/enpos/2011/anais/pdf/CH/CH_00265.pdf,
- PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. PNUD, 2010. Acesso: 24.06.2014. Disponível: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil/tenorio_pb
- READ MORE. *Férias.Tur.br*. 2012. Acesso: 26/12/2012. Disponível: <http://www.ferias.tur.br/informacoes/5123/tenorio-pb.html#ixzz2GCrnocE6>.
- REIS, D. S. *O Rural e Urbano no Brasil*. 2006. Acesso: 21/12/2011. Disponível: http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_777.pdf.
- RODRIGUEZ, J. L. *Atlas Escolar da Paraíba*. 3 ed. João Pessoa-PB: GRAFSET. 2002. 112p.
- ROSSINI, Rosa Ester. *A migração como Expressão da Crescente Sujeição do Trabalho ao Capital*. 1986. Acesso: 18/01/2013. Disponível: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/1986/T86V02A01.pdf>

SME. *Secretaria Municipal de Educação*. Prefeitura Municipal de Tenório. Tenório-PB, 2014.

SANTOS, M. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: editora Hucitec, 1988.125p.

_____. *A Urbanização Brasileira*. São Paulo: Edusp, 2008.176p.

SILVA, W. R. Reflexões em torno do urbano no Brasil. In: *Cidade e Campo: relações e contradições entre urbano e o rural*. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.248p.

SOBARZO, O. O urbano e o rural em Henri Lefebvre. In: *Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e o rural*. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.248p.

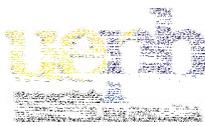
SOUZA, M. L. *ABC do desenvolvimento urbano*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p.192.

SOUZA, J. F. *Inserção do Distrito de São José da Mata-PB no Redimensionamento do Rural-Urbano: uma abordagem socioeconômica*. Curso de Geografia - DG - CEDUC - UEPB-Campina Grande-PB, 2006.63p.

SUDENE. Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. *Folhas Jardim do Seridó-RN (SB.24-Z-B-V) e Juazeirinho-PB (SB.24-Z-D-II)*. Recife-PE: SUDENE, 1970 e 1972.

WHITACKER, A. M. Cidade Imaginada. Cidade Concebida. In: *Cidade e Campo: relações e contradições entre urbano e o rural*. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.248p.

VALE, A. R. *Expansão Urbana e Plurifuncionalidade no Espaço Periurbano do Município de Araraquara (SP)*. Rio Claro-SP: 2005. Acesso: 02/01/2013. Disponível: http://www.athena.biblioteca.unesp.br/exlibris/bd/brc/33004137004P0/2005/vale_ar_dr_rcla.pdf.



Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)
Departamento de Geografia
Curso de Licenciatura Plena em Geografia
Campus I – Campina Grande – Paraíba

Modelo de Questionário Aplicado aos Migrantes

a) Características pessoais dos informantes

- 1º) Quantos anos o(a) Senhor(a) tem? _____
- 2º) Qual o seu sexo? _____
- 3º) Qual o seu estado civil? _____
- 4º) Qual o seu nível de escolaridade? _____

b) Características que influenciam a fixação de residência na zona urbana do município

- 5º) O(a) Senhor(a) nasceu no Município de Tenório? () Sim () Não
- 6º) Se caso sua resposta foi negativa, Qual a sua procedência familiar? _____
- 7º) Há quantos anos o(a) o senhor(a) na zona urbana de Tenório? _____
- 8º) Quantidade de pessoas da família residentes na casa? _____
- 9º) Quantas pessoas da família exercem alguma atividade remunerada? _____
- 10º) Na família alguém é aposentado? () Sim () Não
- Se a sua resposta foi sim, quantas pessoas na família são aposentados (as)? _____
- 11º) Qual a renda familiar? _____
- 12º) Um dos motivos que interessou o(a) senhor(a) a decidir morar na zona urbana do município foi:
- () Tem parentes morando na cidade.
- () Incentivado por parentes, conhecidos, amigos...
- () Pela concentração de atividades, de bens e serviços oferecidos pela cidade.
- () Violência e os perigos que atinge a moradia no campo.
- () Pelos incentivos por parte do governo municipal.
- () Outro motivo _____
- 13º) O(a) Senhor(a) possui propriedades no município de Tenório? () Sim () Não
- Em caso afirmativo, como adquiriu sua propriedade?
- () Herança de parentes próximos.
- () Compra com capital próprio acumulado em conta pessoal.

Compra financiada por meio de algum programa junto a Banco, Caixa Federal entre outros.

Outro meio _____

14º) Em relação as propriedades adquiridas, quais os investimentos aplicados na terra? _____

15º) Quais as principais dificuldades enfrentadas quanto à administração de sua propriedade? _____

c) Os fatores responsáveis pela migração rural-urbana

16º) Quais os principais fatores que levam o agricultor a abandonar a atividade agrícola?

O baixo preço do seu produto no mercado local.

A busca por outras atividades de trabalho.

A insegurança com fatores climáticos como a seca e a falta de água.

A sazonalidade dos preços e produtos no mercado local.

A falta de incentivos do Governo municipal.

Outros fatores _____.

17º) Quais os motivos que levam o agricultor a deixar o campo para se descolar para a cidade?

Maior disponibilidade de atividades, bens e serviços que o campo não dispõe.

Insegurança em relação a roubos e assaltos a zona rural.

A falta de apoio ao agricultor por parte do governo Federal, Estadual e Municipal.

Os baixos preços para os produtos produzidos pelo agricultor.

A cidade oferece melhores qualidades de vida.

Outros motivos _____

18º) O(a) Senhor(a) participa de alguma cooperativa, associação ou organização social existente em sua comunidade?

Sindicato dos Trabalhadores Rurais

Cooperativa ou Associação de Agricultores

Movimento Sem Terra

Pastoral da Terra

Igreja

Outros _____

19º) O Sr. Como agricultor considera-se recompensado e valorizado pelo seu trabalho?

Sim Não

Em caso afirmativo ou negativo justifique sua resposta. _____

20º) Quais as suas expectativas quanto ao futuro do Agricultor? _____

21º) Quais as suas expectativas quanto ao futuro da Agricultura? _____

22º) O que o governo federal, estadual e/ou municipal deve fazer e promover para o agricultor continuar desenvolvendo as atividades agrícolas, ou seja, no meio rural? _____

23º) O que deve ser feito em Tenório pra o agricultor continuar ou permanecer no campo?
